

ÉTICA DO JORNALISMO

DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE



Organizadores:
Zulmira Nóbrega
Alfredo Vizeu
Juliana Cavalcanti
Larissa Duarte
Luiz Bolis

Zulmira Nóbrega
Alfredo Vizeu
Juliana Ferreira Cavalcanti
Larissa Duarte Soares
Luiz Felipe Bolis
(Organizadores)

ÉTICA DO JORNALISMO

Desafios da contemporaneidade



Campina Grande-PB | 2025



Universidade Estadual da Paraíba

Prof.^a Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof.^a Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Complexo Adm. Redentorista - Av. Dr. Francisco Pinto, nº 317, Bairro Universitário.
CEP: 58429-350. Campina Grande – PB.



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Assessorias

Antonio de Brito Freire

Carlos Alberto de Araujo Nacre

Danielle Correia Gomes

Elizete Amaral de Medeiros

Eli Brandão da Silva

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

E84 **Ética do jornalismo [recurso eletrônico] : desafios da contemporaneidade / organização e apresentação de Zulmira Nóbrega ... [et al.]. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.**

142 p. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-268-0057-7 (Impresso)

ISBN: 978-65-268-0058-4 (1.100 KB - PDF)

ISBN: 978-65-268-0059-1 (Epub)

1. Ética na comunicação. 2. Práticas jornalísticas. 3. Jornalismo na Paraíba. I. Nóbrega, Zulmira. II. Vizeu, Alfredo. III. Cavalcanti, Juliana Ferreira. IV. Soares, Larissa Duarte. V. Bolis, Luiz Felipe. VI. Título.

21. ed. CDD 175

Ficha catalográfica elaborada por Pfeyffemberg de Moura Guimarães - CRB - 15/1020

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 7

“CALA A BOCA, JORNALISTA!”, 13

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JORNALISMO, 25

DESINFORMAÇÃO, ÉTICA E PÓS-VERDADE, 67

SOCIEDADE, MEDIATIZAÇÃO E JORNALISMO, 79

A ÉTICA NO CONTEXTO DO JORNALISMO POLÍTICO, 95

**A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE
NA ÉTICA JORNALÍSTICA, 105**

PODER, JORNALISMO E SOCIEDADE, 113

JORNALISMO, ÉTICA E LIBERDADE, 125

SOBRE OS ENTREVISTADORES, 137

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado final do Curso Livre Ética do Jornalismo — iniciativa gratuita e online realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/UFPB), voltada para jornalistas e comunidade acadêmica que contou com oito palestras de pesquisadores da área do jornalismo com diferentes reflexões sobre o papel ético da profissão em um cenário de transformações tecnológicas e desafios contemporâneos.

Algoritmos e plataformização da atividade jornalística; Desinformação; *Fake News*; Discurso de ódio; Ascensão da extrema-direita no Brasil; Interesses políticos e econômicos no jornalismo; Função pedagógica do jornalismo; Uso da inteligência artificial; Credibilidade jornalística, dentre outras temáticas, foram destacadas nestas entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2024 no canal do PPJ no *YouTube*. O curso teve como objetivo aprofundar os conhecimentos de jornalistas e estudantes sobre os conflitos éticos de jornalistas no cenário de predomínio das novas tecnologias e da superinformação em rede.

Esta série de palestras buscou contribuir para melhorar o jornalismo na Paraíba e no Brasil ao qualificar, criticar, orientar e subsidiar os trabalhos dos seus profissionais. Cada encontro contou

com exposições teóricas, seguidas por perguntas direcionadas aos convidados pelos mestrandos do PPJ/UFPB. Ao passear pelos capítulos deste livro, o leitor irá se deparar com uma série de entrevistas resultantes dessas reuniões extremamente ricas em aprendizados.

O livro inicia com o tema **“Cala a boca, jornalista!”**. Neste **primeiro capítulo**, a entrevista é com o professor Dr Rogério Christofolletti, renomado pesquisador e acadêmico no campo do Jornalismo no Brasil, com ênfase em temas como ética jornalística, censura, transparência, crítica de mídia e crises no jornalismo. Na entrevista, o docente e jornalista comentou acerca dos desafios enfrentados pela imprensa, incluindo censura, assédio judicial e ameaças à liberdade de expressão. Também foram discutidos temas atuais para a manutenção plena e democrática do jornalismo, como a complexidade e a necessidade de soluções multidimensionais para enfrentar as ameaças à liberdade de imprensa e a urgência e prioridade na defesa da liberdade de imprensa face do aumento de agressões aos profissionais da comunicação.

O **“Uso da Inteligência Artificial no Jornalismo”** é o tema do **segundo capítulo** deste livro. A entrevista foi realizada com o professor Dr Elias Machado, referência imprescindível nos estudos de Jornalismo no Brasil, e que possui uma trajetória marcada por contribuições significativas tanto no campo acadêmico quanto na prática profissional. Machado é um dos pioneiros nos estudos de jornalismo digital no país. Durante a entrevista compartilhou suas reflexões sobre o papel ético da profissão em um cenário de transformações tecnológicas e desafios contemporâneos. Além disso, destacou como os jornalistas podem lidar com avanços da tecnologia, sabendo que os sistemas de IA podem ser utilizados para manipular as informações, afetando a confiança pública e a integridade dos sistemas democráticos.

Já o **terceiro capítulo** traz uma entrevista com a professora Dra. Liriam Sponholz, referência no campo da Comunicação, com ênfase em estudos sobre jornalismo, ética e a relação entre mídia e democracia. Doutora em Comunicação pela Universidade de

Leipzig, na Alemanha, Sponholz possui uma sólida trajetória acadêmica que abrange pesquisa, ensino e orientação. Sua formação e atuação internacional conferem-lhe um olhar crítico e inovador sobre as questões contemporâneas que envolvem a mídia. Na entrevista intitulada **“Desinformação, Ética e Pós-verdade”**, foram discutidos temas centrais para o jornalismo contemporâneo, como a cobertura de discursos de ódio, a objetividade jornalística e os desafios enfrentados pelas democracias liberais. Sponholz enfatiza que o jornalismo não pode se limitar à imparcialidade na cobertura de discursos de ódio, pois a neutralidade pode legitimar ideologias que violam valores éticos fundamentais, como a dignidade humana.

Em seguida, a entrevista **“Sociedade, midiaticização e Jornalismo”** DESTACA reflexões do Prof Dr Antônio Fausto Neto, pesquisador reconhecido por seus estudos nas áreas de teorias da comunicação E DO JORNALISMO; ANÁLISE DE DISCURSOS DE SUAS PRÁTICAS, ALÉM DAS RELAÇÕES ENTRE DISCURSOS MÍDIÁTICOS E OUTROS DISCURSOS SOCIAIS. Neste **quarto capítulo**, o professor destaca a relevância do tema “Sociedade, midiaticização e Jornalismo”, CUJAS CONEXÕES SÃO FUNDAMENTAIS PARA SE entender dinâmicas atuais DO FUNCIONAMENTO DA COMUNICAÇÃO EM DIFERENTES PRÁTICAS SOCIAIS. PARA TANTO, DESTACA TAMBÉM A SINGULARIDADE DOS CONCEITOS de mediação e DE midiaticização PARA DESCREVER PRÁTICAS SOCIAIS, E SEUS EFEITOS, QUE ENVOLVEM O FUNCIONAMENTO DA SOCIEDADE E SUAS DINÂMICAS, EM TERMOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS.

O **quinto capítulo**, por sua vez, destaca a entrevista com Laerte José Cerqueira da Silva, doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB. Em 2024, tornou-se editor geral de Jornalismo da Rede Paraíba, o que soma com sua vasta trajetória como colunista de política na mesma rede. Durante a entrevista **“A ética no contexto do Jornalismo Político”** o Prof. Dr. Laerte Cerqueira defende que o jornalismo político tem sido um dos principais moldadores do debate público acerca de diversas questões

que, por sua vez, direcionam a opinião e visão de mundo de muitas pessoas. Portanto, existe uma responsabilidade em torno do jornalista quando tratar da política como causador de mudanças, não só nos períodos eleitorais, mas também numa abordagem geral de uma população.

O **sexto capítulo** traz uma entrevista com o Dr. Alfredo Vizeu, professor titular pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Departamento de Comunicação e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com o tema, “**A pedagogia de Paulo Freire na Ética Jornalística**”, o texto aborda como a pedagogia de Paulo Freire pode ser aplicada ao Jornalismo e é fundamental para um jornalismo ético e de qualidade.

No **penúltimo capítulo**, a entrevista é com o Prof Dr Pedrinho Guareschi, acadêmico brasileiro com formação diversificada e ampla experiência internacional. Com o tema “**Poder, jornalismo e sociedade**”, a entrevista descreve os desafios do jornalismo no contexto atual, destacando o impacto das plataformas digitais e dos algoritmos sobre a formação da opinião pública. Pedrinho Guareschi ainda critica a concentração da mídia no Brasil e a falta de uma comunicação democrática e plural, apontando que a verdadeira função do jornalista é fomentar a reflexão crítica, em vez de oferecer respostas prontas.

No **oitavo e último capítulo** deste livro, trazemos a entrevista com o jornalista Marcelo Canellas, sobre “**Jornalismo, ética e liberdade**”. Na oportunidade, ele comentou sobre os novos desafios e as transformações do jornalismo na atualidade, além do impacto das novas tecnologias e as implicações éticas da profissão. Ao longo de sua carreira, Marcelo Canellas realizou diversas coberturas que vão além dos fatos que afetam o dia a dia do telespectador, mas que também envolvem os direitos humanos e as questões sociais.

Esperamos que esta obra seja um importante guia para jornalistas, estudantes de jornalismo e pesquisadores interessados

em aprofundar seus conhecimentos sobre a relação entre as práticas jornalísticas e os desafios éticos que envolvem a sociedade contemporânea.

Boa leitura!

Zulmira Nóbrega

Alfredo Vizeu

Juliana Ferreira Cavalcanti

Larissa Duarte Soares

Luiz Felipe Bolis

Entrevista | Rogério Christofolletti

**“CALA A BOCA,
JORNALISTA!”**

“Os jornalistas têm uma finalidade social dentro da sociedade: fiscalizar os poderes, informar, tentar orientar, prestar serviço, fornecer contexto para que as pessoas possam tomar decisões”.

**Por Erickson Nogueira
e Marcelo Rodrigo**

O professor Rogério Christofolletti palestrou no curso *online* gratuito para jornalistas e comunidade acadêmica promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na palestra intitulada “Cala a boca, jornalista!”, o professor abordou os desafios enfrentados pela imprensa, incluindo censura, assédio judicial e ameaças à liberdade de expressão. Após a fala, Christofolletti foi entrevistado pelos alunos do mestrado do PPJ, que tiveram a oportunidade de aprofundar temas abordados durante o curso, e específicos da palestra apresentada por Christofolletti. A entrevista detalhada e suas reflexões formam este artigo.

Rogério Christofolletti é um renomado pesquisador e acadêmico no campo do Jornalismo no Brasil, com ênfase em temas como ética jornalística, censura, transparência, crítica de mídia e crises no jornalismo. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), Christofolletti possui uma trajetória sólida e reconhecida, com passagem por instituições de prestígio, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sua atuação se destaca, entre outros trabalhos, no Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. É importante ressaltar que o Observatório do MJSP não é um observatório de mídia, mas um órgão de governo destinado a coibir perseguições a jornalistas e comunicadores, além de auxiliar na formulação de políticas públicas no setor. A atuação de Christofolletti no Observatório é voluntária e não remunerada.

Ao longo de sua carreira, Christofolletti vem abordando temas fundamentais para o jornalismo, como ética jornalística, censura, crítica de mídia e crises na profissão jornalística. Seus estudos exploram as complexidades que envolvem a liberdade de expressão na imprensa, investigando o impacto da violência e do assédio judicial contra jornalistas no Brasil. Com uma produção acadêmica expressiva, Christofolletti já escreveu e organizou 17 livros e conta com mais de 150 capítulos de livros e artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais.

Na entrevista realizada com o professor e jornalista Rogério Christofolletti, foram discutidos temas atuais para a manutenção plena e democrática do jornalismo, como a complexidade e a necessidade de soluções multidimensionais para enfrentar as ameaças à liberdade de imprensa e a urgência e prioridade na defesa da liberdade de imprensa, diante do aumento de agressões aos profissionais da comunicação. Christofolletti enfatiza, ainda, que o jornalismo enfrenta um trabalho contínuo e desafiador, que exige estratégias para lidar com cenários de crise. O jornalista argumenta também que apenas com a participação de diferentes atores sociais, como a sociedade civil, a academia e órgãos públicos, será possível construir um ambiente mais seguro e justo para o exercício do jornalismo.

O pesquisador também criticou a falta de uma abordagem integrada e a ausência de políticas públicas eficazes para proteção dos jornalistas, além da violência que se manifesta de formas cada vez mais diversificadas. Além disso, a entrevista explora o papel crucial da academia como contribuidora para a formulação de políticas públicas e a necessidade de federalizar as investigações de crimes contra jornalistas para reduzir a impunidade e fortalecer a confiança pública. Por meio das discussões levantadas, Christofolletti aponta que o acesso à informação contribui para a conscientização crítica da sociedade e a valorização de um jornalismo independente e democrático.

Erickson Nogueira: Em 2020, um PL tenta verificar a questão de que o jornalista só responda em uma instância, para não causar esse efeito universal, de que as pessoas precisam viajar para responder em cada instância. E aí a gente percebe que aquele conjunto de leis, de políticas públicas para proteger os jornalistas, que não é muito de interesse, que tem coisas que são deixadas de lado por todos os tipos de governos, como, por exemplo, a questão da transparência do dinheiro que é investido na propaganda presidencial dos governos, que não tem essa transparência, **mas, especialmente, com relação, e principalmente para os jornalistas que trabalham com o jornalismo ambiental, porque geralmente a maioria dos crimes que acontecem são por conta de terras, do meio ambiente.** Queria saber mais sobre esses projetos que estão na agulha e não funcionam ou não vão para frente, ou o que você acredita que precisaria acontecer para que isso fosse tirado do papel? O que nós, enquanto programas de pós-graduação e pesquisadores, poderíamos realizar em relação a isso?

Rogério Christofolletti: A questão é complexa e demanda uma extensa agenda a ser cumprida. No entanto, há diversos caminhos possíveis, e acredito que não existe um único trajeto que nos conduzirá à solução. Algumas ações podem ser implementadas no âmbito legislativo, por meio da criação de projetos de lei e regulamentações específicas, enquanto outras podem ser desenvolvidas no âmbito do poder executivo. Um exemplo seria o Ministério dos Direitos Humanos, que já possui um Plano Nacional de Direitos Humanos, além de programas como a proteção a testemunhas. Nesse contexto, é possível expandir a cobertura para incluir mais jornalistas, que ainda são insuficientemente amparados por essas iniciativas.

Em alguns casos, a federalização da investigação de crimes contra jornalistas, incluindo assassinatos, pode ser necessária. Isso garantiria a atuação da Polícia Federal, uma vez que as polícias locais, muitas vezes, têm interesses que impedem o avanço adequado das investigações. Além disso, é crucial criar políticas de

proteção aos jornalistas no Brasil que não necessariamente estejam vinculadas ao Estado. Organizações não governamentais (ONGs) e entidades de classe podem pensar em estratégias de proteção, como a extração do jornalista de áreas de risco, enviando-o para outros locais quando houver ameaças à sua segurança.

No âmbito acadêmico, nosso papel, enquanto Universidade, é realizar pesquisas, compreender o problema, formular políticas e ocupar espaços estratégicos. Não sou o único acadêmico envolvido no Observatório do Ministério da Justiça; outras professoras, como Daniela Oswald, da USP, e Elisabeth Saad também estão engajadas nesse esforço. Precisamos ocupar esses espaços onde políticas estão sendo formuladas ou programas estão sendo desenvolvidos, para que possamos contribuir com uma perspectiva crítica e fundamentada.

Reconheço que há muitos desafios a serem enfrentados, mas não podemos postergar a resolução desse problema para as próximas gerações. Trata-se de uma questão urgente, que deve ser enfrentada agora. Isso não significa que essa seja a única pauta relevante, pois existem inúmeras questões a serem estudadas no campo do jornalismo e da comunicação. Contudo, considero essa uma questão central para o momento atual, especialmente se almejamos consolidar a democracia no país.

Erickson Nogueira: Revelou-se uma série de questões colocadas pelo Christofolletti, no que diz respeito ao assédio judicial, há um episódio bem recente que causou uma certa surpresa. **Foi do ministro Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, com os repórteres do UOL.** Explicando brevemente o caso, os repórteres do UOL fizeram uma reportagem ouvindo, nos bastidores, ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e colocaram uma matéria dizendo que o Bolsonaro vai ser cassado de qualquer jeito, quer dizer, vai ser impedido de disputar 2026, porque os advogados dele não procederam de uma forma correta. O ministro Alexandre de Moraes, incomodado com isso, disse que a matéria era uma *fake news*. **O UOL respondeu,** porque ele atacou duas

jornalistas e um colunista, e o UOL disse que, na verdade, o ministro faz os ataques, mas não especifica o que o incomodou. O ministro pôs em dúvida se os repórteres entrevistaram e mantiveram o anonimato das fontes entrevistadas. Eu queria te colocar isso, se há ações práticas para impedir esse tipo de coisa? Há ações práticas, mas elas não são publicizadas. Como fazer para que a sociedade saiba que existem ações e que estão sendo tomadas medidas?

Rogério Christofolletti: Muitas vezes, as universidades ficam reclusas, ficamos presos nos nossos lides, muitas atividades para serem feitas, e em diversas vezes não chegamos na ponta. Precisamos insistir. Precisamos fazer com que cada pessoa possa acessar o documento. Fizemos um report, junto com a FENAJ, numa linguagem clara, focando não no jornalista, mas focando no cidadão, para que todas as pessoas possam compreender que o que está em jogo é o direito de saber o que se passa em sociedade.

Quando criamos o Estado, o fizemos para que ele pudesse operar pela coletividade. Sustentamos o Estado do ponto de vista financeiro, pagando impostos. Mas também sustentamos o Estado do ponto de vista da legitimidade política, isso significa que temos direito a saber. Direito à comunicação é um direito meio, é um direito humano que permite que conheça outros direitos humanos. Por isso, o Estado tem um tratamento especial.

Cabe a nós, dentro das universidades, não só elaborar o trabalho científico, mas também estar cada vez mais preocupados com a divulgação científica, que é a produção de mais materiais facilitadores, para que eles possam se multiplicar e gerar um círculo virtuoso e não vicioso na sociedade. O jornalismo é um importante instrumento social para manter a democracia.

Erickson Nogueira: Quais são as estratégias que devem ser adotadas pelos jornalistas para resistir ao silenciamento e proteger sua independência e integridade profissional?

Rogério Christofolletti: Jornalistas e publicitários são comunicadores, e sabemos quando precisamos de matéria jornalística

e não de anúncio publicitário. Acontece que essa distinção ajuda também a entender a função social do jornalismo. Jornalistas são profissionais que, muitas vezes, fazem as perguntas indelicadas, as perguntas inconvenientes para as autoridades, mas fazem isso em nome do interesse público.

Entender que os jornalistas têm uma finalidade social dentro da sociedade, que é fiscalizar os poderes, informar as pessoas, tentar orientar as pessoas, prestar serviço, oferecer contexto para que as pessoas possam tomar decisões. O jornalismo faz isso de uma maneira perene, constante. Precisamos insistir na autonomia da capacidade de, com liberdade e com responsabilidade, cobrir e fiscalizar os poderes. O que impera é a lei, a constituição, as leis, e o que impera, também, é a vontade popular. A vontade popular, de acordo com a lei, e em consonância a lei, precisa ser ouvida. Os jornalistas precisam exercer com coragem, com consciência, com responsabilidade, com curiosidade, a sua função.

Erickson Nogueira: Qual o papel de organizações como o “Repórteres Sem Fronteiras” e o “Comitê para a Proteção dos Jornalistas” na defesa contra o assédio judicial?

Rogério Christofolletti: O papel deles, basicamente, é fazer levantamentos, fazer o monitoramento, acompanhamento. Ao lançar os documentos, [as organizações devem] pressionar publicamente a sociedade e as autoridades constituídas para que elas adotem políticas. São organizações internacionais que têm as suas limitações, têm seus escritórios no Brasil, isso dá certa visibilidade, mas elas têm limites de operação, não podem e não acabarão com o assédio judicial. Essa é uma agenda coletiva.

Erickson Nogueira: Acredito que o termo “violência simbólica” ainda é um pouco nebuloso para muitos jornalistas. Poderia defini-lo e citar algum exemplo claro de quando ele tenha ocorrido no Brasil?

Rogério Christofolletti: A violência acontece de diversas maneiras. A violência se expressa não apenas no contato entre

os corpos, também se dá na relação entre as pessoas, de maneira simbólica, como, por exemplo, a violência de caráter psicológico. A violência se transmuta, se modifica. A violência simbólica é o quê? É, muitas vezes, a jornalista fazendo uma pergunta para uma autoridade e essa autoridade rindo publicamente, desrespeitando publicamente o fazer daquela jornalista, colocando ela numa situação vexatória, colocando ela numa situação reduzida de apequenamento.

O jornalista não precisa apanhar, levar um tiro, ser perseguido fisicamente para sofrer uma violência. Note, usei o verbo sofrer. A violência provoca sofrimentos. Na área do direito, tem danos morais e patrimoniais. Os danos materiais são visíveis quando perde emprego, quando deixa de ganhar dinheiro, quando é prejudicado com ação de alguém, materialmente. Mas, também, nós temos danos que são sofrimentos psicológicos, desgastes, e esses danos são morais. Até a própria lei reconhece e isso expressa como a violência pode se dar de diversas maneiras.

Erickson Nogueira: O professor abordou os desafios psicológicos enfrentados pelos profissionais de jornalismo na pandemia. Mas vemos que essas questões de saúde emocional têm aumentado mesmo no pós-pandemia. Com o aumento significativo dos casos de *burnout* devido à sobrecarga de trabalho, algumas emissoras oferecem suporte psicológico, mas a maioria ainda não. Como isso afeta a saúde mental dos jornalistas e quais medidas podem ser tomadas para melhorar esse cenário?

Rogério Christofolletti: É um aspecto que vem ganhando, felizmente, mais visibilidade na sociedade brasileira. É óbvio, mas precisamos lembrar do óbvio. Ficamos pensando que precisa ter saúde, um corpo saudável, mas a cabeça também precisa estar saudável. As emoções também, o sentimento também. Cuidamos muitas vezes do corpo e esquece da cabeça, sanidade, tranquilidade, do descanso merecido e de como gerenciar os afetos.

No caso dos jornalistas, é importante saber que algumas emissoras têm se preocupado com isso e é necessário discutir saúde

mental entre jornalistas. Durante muito tempo, no Brasil e fora, jornalistas se consideraram super-heróis, pessoas que fazem jornadas extensas, que acumulam trabalho e que, muitas vezes, deixam as suas vidas pessoais e individuais de lado. Precisamos pensar um pouco sobre saúde mental e discutir isso no local de trabalho, é muito necessário, porque a saúde mental e a nossa **atividade é muito** menos braçal do que intelectual.

Todo dia somos desafiados a tomar decisões, a fazer escolhas, e se estamos desequilibrados, não estamos em condições de tomar boas decisões, e isso vai impactar no produto e no serviço que está sendo prestado, vai impactar o cidadão que consome os nossos produtos e serviços. Isso, de uma maneira, vai afetar a sociedade, que não vai ter acesso a um conteúdo de qualidade.

Precisa, sim, pensar. Não é uma questão de frescura. Pensar sobre ansiedade, depressão, melancolia, transtornos mentais, pensamentos intrusivos, tudo isso é importante que os jornalistas pensem. Jornalistas não são super-heróis. Jornalistas são pessoas de carne, osso, sentimentos e precisamos nos preocupar com isso sim.

Erickson Nogueira: Dentre essas medidas para o combate da violência, quais delas já estão efetivamente em prática ou mais avançadas na efetivação da melhoria do cenário?

Rogério Christofolletti: Dentro do Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, queremos apressar uma tipologia de entendimento sobre crimes digitais contra jornalistas. Até o final do ano, ter uma tipologia disso, para, por exemplo, trazer um arsenal, munição, para que os legisladores pensem em leis. Tendo leis, tem um crime tipificado e pode aplicar a lei contra esse tipo de coisa. Queremos ter uma metodologia de recepção de denúncias.

O observatório criou um canal de denúncias de violência contra jornalistas, mas ele é pouco conhecido, está pouco operante. Receber as denúncias, sistematizá-las e operacionalizá-las é uma saída. Outra coisa que queremos fazer também é sensibilizar juízes, delegados e investigadores de que crimes contra jornalistas precisam ter um tratamento rápido e que não podem ser impunes.

Erickson Nogueira: Rogério, a maioria das perguntas que se faz dos alunos em relação às denúncias **que deveriam ser feitas não é de crimes** contra jornalistas, e ao contrário disso, são das infrações cometidas pelos jornalistas em relação ao seu fazer prático, como infração. Por exemplo, houve um caso recentemente em que um jornal de João Pessoa, noticiou que um jovem estava morto num canavial, já em estado de decomposição. O que fez essa emissora? levou a mãe do jovem morto, que ainda não tinha conhecimento da morte do filho, a polícia ainda não tinha chegado no local, levou a mãe e fez uma espécie de *reality show* para que isso fosse transmitido. O que se faz? Se denuncia também? Porque observo que a FENAJ e os sindicatos têm também muito esse papel do observatório, de acolher as denúncias contra os jornalistas.

Rogério Christofoletti: O Observatório da Violência Contra Jornalistas e Comunicadores foi criado como uma reação àquele clima hostil de perseguição a jornalistas. Ele tem como função ampliar as condições de segurança dos jornalistas. Mas é claro que os jornalistas precisam também fazer o trabalho de casa, atuar de maneira ética e responsável. Denúncias com relação a problemas éticos do jornalismo não vão para o Observatório do Ministério da Justiça, porque não ser o fórum para se discutir. Deve ter discutido nos sindicatos, nas comissões estaduais de ética e na Comissão Nacional de Ética da FENAJ, que é um órgão de recurso.

É necessário que se insista, também, na formação de jovens jornalistas que não tenham apenas a preocupação com o domínio técnico da linguagem, dos aparatos tecnológicos, mas que tenham um compromisso ético, de convicção ética de como se deve proceder. Denúncias com relação ao sensacionalismo, práticas que violam o Código de Ética, devem ser feitas nas comissões de ética locais, estaduais, do sindicato local. É importante que se façam essas denúncias. Precisamos ter maturidade, como categoria, para poder fazer uma depuração de profissionais ruins, profissionais antiéticos.

Erickson Nogueira: Há uma parte que chamou atenção na sua fala em relação a modificações das práticas jornalísticas, em relação à autocensura, **que foi muito vista no governo anterior, e também tem um forte recorte de gênero também.** Queria saber como é que funciona esse contexto atual e quais são as tendências para o futuro em relação a essa autocensura? Se ela vai continuar? Se vão ocorrer algumas outras modificações, o que seria visto?

Rogério Christofolletti: No começo dos anos 2000, o professor Bernardo Kucinski publicou um livro chamado Síndrome de Antena Parabólica e Outros Ensaio, sobre ética jornalística. A síndrome da antena parabólica conta que, na década de 90, um importante ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso deu uma entrevista para o Bom Dia Brasil, e ao final, quando terminou a entrevista, ele continuou no estúdio conversando com um repórter que era muito próximo, Carlos Monforte. Eles continuaram conversando, só que, por uma razão qualquer, as antenas parabólicas de todo o Brasil captaram a conversa dos dois.

Isso gerou uma discussão muito forte, e em três ou quatro dias o ministro caiu. O que o Bernardo Kucinski diz é que os jovens jornalistas nos anos 2000, de alguma maneira, padeciam dessa síndrome de antena parabólica, que tinham medo de serem flagrados fazendo coisas que eram importantes para o jornalismo, mas que poderiam ser perseguidas, então praticavam a autocensura.

Bernardo Kucinski fala que a autocensura é a pior das censuras, porque nesse tipo de censura, quem pratica também é a vítima. O jornalista precisa trabalhar mais com autonomia, responsabilidade, liberdade, e não praticar a autocensura. A curto-médio prazo, isso pode atrapalhar a carreira. [Jornalismo] é compromisso. É um compromisso social, é uma atividade. Ninguém busca o jornalismo para ficar rico. Há uma compreensão de algo a fazer, de contribuir de uma maneira coletiva, e é assumir esse compromisso com certos de que essa é uma atividade imperfeita, feita por pessoas que também são imperfeitas, mas isso não nos impede de tentar melhorar.

Entrevista | Elias Machado

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JORNALISMO

“O jornalismo tradicional, frequentemente definido como ‘velho jornalismo’, encontra-se em um estado de obsolescência, resultado direto das profundas transformações sociais e tecnológicas”.

**Por Larissa Duarte, Zulmira Nóbrega,
Juliana Cavalcanti e Cláudio Cardoso de Paiva**

Elias Machado, referência imprescindível nos estudos de Jornalismo no Brasil, possui uma trajetória marcada por contribuições significativas tanto no campo acadêmico quanto na prática profissional. Formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 1989), Elias tornou-se Doutor em Jornalismo pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB, 1992), complementando sua formação com um pós-doutorado em Inovação no Jornalismo pelo *Internet Media Lab* da Universidade Complutense de Madri (2017-2018).

Um dos pioneiros nos estudos de jornalismo digital no país, Machado é cofundador, ao lado do Prof. Dr. Marcos Palacios, do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Online (GJOL). Fundado em 1995, o GJOL é reconhecido por explorar as relações entre o jornalismo e as novas tecnologias digitais. Desde 1997, o grupo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas (PósCom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), consolidando-se como um dos mais relevantes no campo.

Sua atuação como fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), entre 2003 e 2007, foi crucial para a institucionalização dos estudos jornalísticos no Brasil. Além disso, Elias desempenhou papel central na criação do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde também atuou como Diretor do Departamento de Projetos na Pró-Reitoria de Pesquisa entre 2012 e 2016.

A experiência de Machado ultrapassa os limites acadêmicos. Como jornalista, exerceu funções de diretor, editor e repórter, além de atuar em colaborações com veículos na Espanha, Portugal e Brasil. Suas áreas de pesquisa abrangem as Teorias do Jornalismo, Jornalismo Digital e Impresso, Jornalismo em Bases de Dados, Metodologias de Pesquisa em Jornalismo e Inovação no Jornalismo. Sua experiência também inclui gestão de sociedades científicas, como a SBPJor, e consultoria para órgãos como CNPq, CAPES e FINEP. Atualmente, Elias Machado é Professor Titular no Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e sua principal linha de pesquisa é a Ciberultura.

Nesta entrevista, realizada no Curso Livre Ética do Jornalismo — iniciativa gratuita e online do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), voltada para jornalistas e estudantes de jornalismo —, Elias Machado compartilha suas reflexões sobre o papel ético da profissão em um cenário de transformações tecnológicas e desafios contemporâneos.

Em seu currículo, o professor conta com nove livros publicados, incluindo o pioneiro *Manual de Jornalismo na Internet: Noções Básicas, Conceitos e um Guia sobre as Principais Publicações Jornalísticas Digitais no Brasil e no Exterior*, publicado em 1996. Outras duas obras de referência são *O Ciberespaço como Fonte para os Jornalistas* cuja primeira edição foi lançada em 2003, consolidando-se como uma referência no estudo das potencialidades da internet para o jornalismo; e *O Jornalismo Digital em Bases de Dados*, de 2006, em que antecipava muitas questões sobre a automatização de todas as etapas de produção no jornalismo e que agora estão se tornando o padrão das práticas orientadas pelo uso da inteligência artificial.

A palestra intitulada “Os desafios da ética em tempos de inteligência artificial”, o pesquisador destacou como os jornalistas podem lidar com avanços da tecnologia, sabendo que os sistemas de IA podem ser utilizados para manipular as informações, afetando a confiança pública e a integridade dos sistemas democráticos. Hoje,

é possível verificar o desenvolvimento e uso da inteligência artificial em diversos veículos brasileiros, como o *Estadão*, que tem a sua própria IA (chamada *Leia*), e o *Globo*, que utiliza desta tecnologia para os *links* de recomendações dos usuários. Atualmente, a discussão sobre o uso da inteligência artificial no jornalismo busca frear os riscos que a IA traz ao jornalismo, como o fomento à desinformação, quebra de direitos autorais e falta de remuneração por conteúdo jornalístico.

Juliana Cavalcanti: Antes de entrarmos na discussão específica sobre a inteligência artificial, o senhor poderia iniciar com uma discussão mais teórica sobre o que é a ética, a moral, a deontologia e o próprio direito no jornalismo.

Elias Machado: É sempre importante fazer essa diferenciação entre a ética, a moral, a deontologia e o direito, porque, em geral, acaba, no senso comum, se tratando estas esferas diferentes como se fossem sinônimos, mas não são. A ética é o ramo da filosofia que faz a pesquisa, a investigação e a discussão teórica, conceitual, sobre a moralidade das práticas humanas.

A moral, por sua vez, se dá no nível da própria prática, e é o conjunto de crenças que orienta e define o limite das ações humanas. Já a deontologia é o conjunto de parâmetros estabelecidos por uma categoria profissional para definir as boas e as más práticas. E o direito é o que normatiza, do ponto de vista da legislação positiva, o que é correto e o que é errado, e estabelece os limites para a punição das práticas consideradas criminosas.

É essencial fazer essa distinção, porque é essa diferenciação que estabelece o conjunto de parâmetros para as práticas jornalísticas. Como uma prática social, o jornalista se orienta nessas diferentes esferas. O jornalista, de um modo geral, não discute a fundo a questão ética do jornalismo. Não se pode discutir um código de ética cada vez que se vai fazer uma matéria porque a prática jornalística é orientada pela moralidade prática. O código de ética, por sua vez, está no nível da deontologia. A questão é que a deontologia

não pressupõe, necessariamente, para o jornalista uma discussão no nível filosófico.

A discussão ética e filosófica se dá num nível de abstração que, de uma maneira geral, não está no nível das preocupações do profissional. O profissional discute as suas práticas (quando discute) do ponto de vista deontológico, mas, do ponto de vista da prática diária, sequer é a deontologia que orienta a prática do jornalista. O que acaba orientando a prática do jornalista é a moralidade prática, que determina e orienta as ações do cotidiano.

No nível do senso comum, todos nós orientamos as nossas práticas pelo nível de moralidade possível na coletividade em que convivemos. É por isso que, por exemplo, numa comunidade de extrema direita, a mentira pode orientar a prática daquela coletividade, porque aquela coletividade acredita que a mentira é a verdade possível que determina a ação de todos.

Então, é importante desmistificar as práticas humanas. Não é a verdade que orienta a moral. A verdade que orienta a moral é o nível de crenças que orienta as práticas de uma coletividade. Mas não há nenhuma exigência de que as crenças que são orientadoras das práticas de uma coletividade estejam niveladas pela verdade científica ou jornalística.

O mesmo princípio vale no caso das leis: as leis nem sempre são justas. Não é porque é legal que estão operando no nível do correto e do justo. Uma ditadura, por exemplo, trabalha no nível da legalidade, mas as leis de uma ditadura não são democráticas e, na maioria das vezes, são injustas.

Por exemplo: uma ditadura pode normatizar que a tortura é um método legal para extração de informações de presos pelas autoridades policiais. Acontece que não é porque é legal que um ato se torna justo. Por isso é tão relevante fazer essas distinções de princípios como ponto de partida. Nem todo estado legal é um estado de direito. E todo jornalista deveria saber disso para desenvolver bem seu trabalho.

Larissa Duarte: Como a universalidade do ético, a particularidade da moral e a singularidade das ações podem orientar a prática jornalística?

Elias Machado: Muitas vezes, os jornalistas, no afã de produzir justificação em vez de justiça, quando ocorre, por exemplo uma manifestação (que pode ser tanto a manifestação da invasão dos Três Poderes pela extrema direita ou uma invasão de uma propriedade pelo Sem-Terra de esquerda), podem tratar esses fatos como uma ação individual. Mas, na verdade, são ações coletivas. E, no Estado de Direito, não se pode criminalizar um coletivo porque o direito à liberdade de manifestação é um dos direitos dos movimentos sociais. É preciso individualizar as condutas dos responsáveis antes de denunciar formalmente os possíveis culpados pelos atos considerados ilegais.

É por isso que, no Estado de Direito, não é possível, em termos legais, criminalizar um movimento como o dos Sem-Terra. No máximo, o que se pode fazer é penalizar a pessoa jurídica – quando existir –, que representa um movimento social ou político. Ou ainda a criminalização individual das ações dos integrantes do movimento social ou político, ou seus supostos líderes, se ficar provado que cada um deles cometeu uma ação que, do ponto de vista legal, pode ser considerada criminosa. E, mais importante ainda, o fato de ser considerada criminosa não significa, necessariamente, que seja um ato de justiça, porque a lei pode ser injusta. Então, tudo isso precisa ser problematizado quando estamos discutindo a deontologia no jornalismo.

Juliana Cavalcanti: Outro aspecto que podemos destacar aqui são as inovações tecnológicas e sociais relacionadas às práticas jornalísticas ao longo do tempo. Pode-se afirmar que estas inovações são mediadoras dos princípios dos valores e das normas deontológicas do jornalismo?

Elias Machado: As práticas jornalísticas só são possíveis ao longo da história a partir de um conjunto de inovações. A primeira

de todas as inovações é a que se dá no nível das linguagens, pois o jornalismo só é possível como uma instituição quando se desenvolve no nível mais massivo a tecnologia da imprensa. A tecnologia da imprensa foi muito importante para que se tivesse a ascensão na modernidade do jornalismo como uma instituição. Não só a tecnologia da imprensa, mas o domínio da linguagem na forma escrita - que já existia milenarmente - foi muito uma pré-condição, para que as informações pudessem ser escritas, impressas e, então, pudessem ser lidas. O que somente poderia acontecer se as pessoas tivessem sido previamente alfabetizadas.

Então, um outro pressuposto para a institucionalização do jornalismo foi o ensino da linguagem escrita para a população. O jornalismo antes de ser falado, audiovisual e multimídia, era escrito e impresso. As pessoas precisavam ler os produtos jornalísticos. Uma outra inovação que possibilitou o jornalismo foi a escola pública. Apenas no século XIX, na Europa, com o advento da escola pública, é que o jornalismo se tornou de massa.

O Brasil teve um atraso enorme no desenvolvimento da imprensa porque era um país de analfabetos. Assim, o país não podia ter um jornalismo de massas porque sempre teve um percentual muito alto de população pouco escolarizada até meados do século XX. É por isso que o rádio e a televisão sempre foram muito mais massivos no Brasil do que o jornalismo impresso. E é a predominância dessa cultura oral que explica em boa medida o grande sucesso do jornalismo nas redes sociais entre os brasileiros.

Além das invenções tecnológicas e inovações sociais (como a escola), existem outras inovações no âmbito do próprio jornalismo como a redação, as escolas de jornalismo e a profissão de jornalista. Entre o século XVII e o século XIX, não existia a profissão de jornalista. Esta foi uma inovação social, assim como a deontologia e a objetividade no jornalismo, os gêneros jornalísticos, as formas jornal e revista, além do cinejornalismo, do radiojornalismo, do telejornalismo e do ciberjornalismo. E as técnicas de reportagem

e de apuração, os prêmios de jornalismo, os livros-reportagem e os códigos de ética da profissão.

O código de ética, especificamente, é uma inovação que tem um limite, porque está no limite da prescrição e a melhor inovação é aquela que internaliza os princípios e os valores. Essas inovações fizeram com que a própria discussão ética e deontológica, além da própria moralidade prática - que orienta as ações dos jornalistas - fossem, ao longo da história, sendo internalizadas na prática jornalística, em ações, inclusive do ponto de vista legal como o direito de resposta ou a normatização no nível legal, dos crimes de calúnia, injúria e difamação.

Larissa Duarte: Considerando esse conjunto de inovações tecnológicas e sociais, como o aparecimento do ciberespaço provocou alterações nas práticas jornalísticas?

Elias Machado: Quando aparece o ciberespaço, ocorre uma espécie de implosão de todas as práticas anteriores. Com a descentralização dos princípios orientadores das práticas sociais no ciberespaço, as práticas jornalísticas subvertem as limitações dadas pela realidade analógica. O ciberespaço é um espaço que só é possível mediado tecnologicamente. Todos os espaços das diferentes formas de realidade sempre são mediados tecnologicamente em duas dimensões, seja por uma tecnologia propriamente dita, como nos casos da imprensa, do rádio, da televisão e da internet, seja por linguagens de segunda natureza, tecnologias sociais, nos casos dos discursos jornalísticos impresso, radiofônico, televisivo e multimídia.

Uma das coisas que mudou no ciberespaço é que hoje as pessoas não vão mais até as notícias. Ao contrário, as notícias que vão até as pessoas. Então essa discussão era uma discussão ainda dos anos 1990. Os jornais, as revistas e as televisões e as rádios produziam a informação, mas as pessoas tinham que ligar o rádio, ligar a televisão ou comprar o jornal e a revista. E a discussão que se fazia entre 1995 e 2000 é que com o ciberespaço nós chegaríamos ao

inverso: as pessoas não iriam correr atrás das notícias. Além disso, no caso da descentralização das práticas no ciberespaço, é que, justo por serem práticas mediadas por tecnologias inteligentes, as práticas jornalísticas podem se dar entre seres humanos e máquinas. É aí que entra o grande diferencial nas teorias da comunicação e do ciberjornalismo.

O que nós precisamos entender, no caso do jornalismo e do uso da inteligência artificial, é que, em primeiro lugar, no ciberespaço, o jornalismo é, acima de tudo, automatizado, mediado por algoritmos e por inteligência artificial, como definido no meu livro *O Jornalismo Digital em Bases de Dados*, de 2006. Mas, ainda hoje, se ensinam nas escolas de comunicação velhas teorias da comunicação, que partem do pressuposto que comunicação pressupõe a comunicação entre dois seres humanos. Desde 1949, com a teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver, que se sabe que a comunicação pode ser desenvolvida entre máquinas e entre máquinas e seres humanos. E, cada vez mais hoje, entre máquinas dispensando os seres humanos.

Hoje, no ciberespaço, é a inteligência artificial que identifica quem tem interesse possível numa determinada informação e a informação chega à pessoa sem que a pessoa tenha pedido. É a partir do monitoramento dos seus hábitos, costumes e interesses. Então vejam que não é só produzir a informação, é distribuir, fazer circular a informação. As práticas das pessoas nas redes são mediadas pelos algoritmos e pelas inteligências artificiais. E quem é passível de receber a informação que eu estou impulsionando não é necessariamente quem eu quero, mas quem a inteligência artificial e o algoritmo querem. Eu posso publicar a informação, mas não sei quem vai ver e receber.

Juliana Cavalcanti: Os jornalistas, assim como outros profissionais, temem a sua substituição pelas máquinas. Como a dimensão do ético se encontra em meio a essa substituição?

Elias Machado: A dimensão da ética deve questionar o nível dessa substituição. A inteligência artificial nunca vai pressupor o desaparecimento dos seres humanos. Os seres humanos estão no princípio e no fim da inteligência artificial. A inteligência artificial não tem inteligência alguma. Apenas emula comportamentos humanos, processa informações em grandes quantidades em alta velocidade, autogenera e atualiza sua programação, mas sempre em interação com a inteligência coletiva humana.

Existe um paradoxo muito interessante na narrativa sobre o avanço do uso da inteligência artificial. A começar pelos jornalistas, que preocupados com as possíveis perdas de postos de trabalho, continuamente estão disseminando o terror de que corremos o risco de ser destruídos pela inteligência artificial. Há, nestes casos, uma ignorância brutal do que é e como funciona a inteligência artificial. E de como as inovações tecnológicas e sociais são uma decorrência da existência dos seres humanos em sociedade. É desconhecer que a inteligência artificial é resultado da inteligência humana.

E uma confusão da parte pelo todo. Da tecnologia pelos seus possíveis efeitos. Atualmente, a inteligência artificial é um nível de inteligência humana apropriada para o desenvolvimento de determinados interesses, que são interesses de dominação da maioria por minorias que controlam essas tecnologias. Mas este é um problema mais amplo de discussão da sociedade capitalista, e não da inteligência artificial em si. Quem faz uma boa discussão sobre estas questões são os pesquisadores da *University of Western Ontario*, no Canadá, Nick Dyer-Witheford, Atle Mikhola Kjosén e James Steinhoff em *Inhuman Power. Artificial Intelligence and the Future of Capitalism* e o alemão Christian Fuchs em *Rereading Marx in the Age of Digital Capitalism*. London: Pluto Press, 2019.

Larissa Duarte: O senhor afirma que “o velho jornalismo morreu”. O que do velho jornalismo morreu? O que permanece? Alguma coisa das práticas jornalísticas ainda sobrevive?

Elias Machado: Quando eu digo que o velho jornalismo morreu, não é só uma afirmação retórica. É uma constatação concreta, a realidade mudou por completo, como previu Daniel Morgaine, no começo dos anos 1970. O jornalismo tradicional, frequentemente definido como “velho jornalismo”, encontra-se em um estado de obsolescência, resultado direto das profundas transformações sociais e tecnológicas. Essa constatação baseia-se na evidente lacuna entre a prática jornalística atual e as demandas emergentes da sociedade. Esse descompasso tem gerado, em alguns casos, insatisfação e até revolta social em relação a determinadas organizações jornalísticas, devido à inadequação entre o que é oferecido e o que é necessário.

Para compreender essa mudança, é fundamental diferenciar as atividades no jornalismo enquanto prática social, profissional, docência e pesquisa. Embora complementares, são universos distintos. A prática social pode ser realizada sem uma formação especializada prévia; a prática profissional, cada vez mais, pressupõe uma formação especializada devido às suas conexões com a pesquisa aplicada; a pesquisa, em particular, orienta-se pela problematização da realidade e pela proposição de alternativas.

A docência ensina a reprodução do padrão dominante recomendado para uma prática social. Ocorre que, muitas vezes, na nossa área, devido à falta de investimentos em pesquisas aplicadas, os pesquisadores limitam-se à análise crítica, sem apresentar soluções práticas que possam ser aplicadas ao contexto profissional. E, conseqüentemente, a docência acaba por reproduzir modelos de práticas superados pela experiência histórica.

Desde 1995, com a fundação do GJOL (Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line) ao lado de Marcos Palacios, defendo a importância de se promover inovações no campo do jornalismo. O problema é que pouco mudou na prática concreta da maioria dos pesquisadores, ao longo das últimas três décadas, indicando que os esforços de inovação ainda enfrentam resistência e desafios significativos. Navegar contra essa correnteza não é uma abordagem racional e

estratégica para os pesquisadores, cuja atuação deveria ser pautada por uma racionalidade prática da profissão, mas que acaba sendo orientada pelo paradigma teórico de pesquisa dominante na área, que é avesso aos investimentos em pesquisas aplicadas.

Outro ponto crucial é a distinção entre a instituição jornalística e a prática social do jornalismo. A instituição jornalística, surgida na modernidade, precede a profissionalização do jornalista e as práticas contemporâneas. Por exemplo, no século XVII, havia jornalismo, mas não existia a profissão de jornalista. Tampouco práticas como o radiojornalismo ou o telejornalismo, que só se consolidaram no século XX. Da mesma forma, o jornalismo no ciberespaço é uma inovação contemporânea, que surge no final do século XX e se consolida apenas nas duas primeiras décadas do século XXI, completamente distinta das práticas dos quatro séculos passados.

Os valores que sustentam o jornalismo também evoluíram. Não se pode sustentar que os princípios do “velho jornalismo” permanecem inalterados, uma vez que conceitos como verdade e objetividade devem ser reavaliados à luz da cultura digital e da inteligência artificial (IA). Por exemplo, enquanto no século XVII as discussões sobre verdade e mentira eram moldadas por contextos culturais e tecnológicos limitados a pequenas comunidades, no século XXI, essas noções são mediadas por algoritmos e pela IA em escala mundial, introduzindo novos paradigmas éticos e epistemológicos.

É necessário, portanto, revisar pressupostos epistemológicos e metodológicos para compreender essas mudanças. O entendimento hegeliano da relação entre universal, particular e singular, como ensinou Adelmo Genro Filho, oferece um caminho para abordar as práticas jornalísticas em sua historicidade. O estatuto do jornalismo contemporâneo difere fundamentalmente de suas configurações anteriores, demandando uma reavaliação conceitual e prática.

Além disso, a deontologia jornalística apresenta limitações significativas por ser prescritiva e, muitas vezes, idealista. Em nossa

profissão, a deontologia se alinha à ética universalista kantiana do “dever ser”. Não reflete as condições concretas, particularidade da prática profissional, que é influenciada por fatores como condições de trabalho, crenças pessoais e conjunturas políticas e econômicas. Nesse sentido, a deontologia se torna uma abstração distante da realidade cotidiana dos jornalistas.

Uma solução possível é desenvolver inovações que internalizem princípios deontológicos na prática. A inteligência artificial e os algoritmos, por exemplo, carregam uma moralidade prática que pode ser explorada para implementar valores éticos e deontológicos de forma implícita. A grande limitação destes processos é que, de uma maneira geral, essa internalização ocorre frequentemente de forma alienada, sem consciência crítica por parte dos profissionais que utilizam os sistemas de inteligência artificial utilitária e instrumentalmente.

Finalmente, a relação entre ética, deontologia e inteligência artificial exige um debate profundo. Desde 2003, venho destacando a necessidade de estabelecer novos parâmetros éticos para o jornalismo no ciberespaço, inspirando-me no trabalho de Jeremy Bentham. Ele propôs a deontologia como uma ciência aplicada, buscando trazer questões de moralidade para a prática concreta.

Essa abordagem continua relevante para enfrentar os desafios éticos e deontológicos impostos pela revolução digital, garantindo que princípios fundamentais sejam integrados às práticas cotidianas do jornalismo contemporâneo. Então, hoje, discutir a prática jornalística significa a necessidade de reconhecer que o estatuto do jornalismo mudou, porque o estatuto da cibercultura é diferente do estatuto da sociedade que orienta suas práticas a partir de relações analógicas.

Juliana Cavalcanti: Se a cultura digital não é igual à cultura anterior e as práticas do jornalismo são modificadas a partir das inovações tecnológicas e sociais, podemos dizer que o conceito de mentira e de verdade mudou?

Elias Machado: As *fakes news* já orientavam as práticas jornalísticas no século XVII, 14 anos antes da defesa em 1690 da tese *Os relatos jornalísticos* na Universidade de Leipzig por Tobias Peucer. Em 1676, Ahasvero Fritsch defendeu a tese *Os usos e abusos das notícias pelos jornais* na Universidade de Jena. A questão é que o conceito de verdade e de mentira do século XVII é completamente diferente do conceito de verdade e de mentira do século XXI.

As principais diferenças são que, no século XXI, as verdades e as mentiras são mediadas pela inteligência artificial e pelos algoritmos. E tem alcance em escala mundial. Então, a verdade dos algoritmos é completamente diferente da verdade desenvolvida pelas práticas humanas presenciais e analógicas. Então, é isso que nós precisamos entender, que a realidade da prática jornalística anterior não serve mais como parâmetro. Hoje, enquanto instituição e prática social, o jornalismo é muito diferente de quatro séculos atrás e, mesmo, do jornalismo praticado até o final do século XX.

Juliana Cavalcanti: Como o jornalismo pode ser beneficiado pela inteligência artificial?

Elias Machado: A inteligência artificial (IA) possibilita mensurar em tempo real o comportamento e os interesses dos indivíduos. Então, não faz mais sentido que os jornalistas decidam, em uma reunião de pauta - em que se define o que vai se publicar em uma reunião apenas entre jornalistas -, o que é que vai ser a pauta de um determinado meio. Hoje, se pode descentralizar completamente e definir, por exemplo, o que é a pauta a partir do uso da inteligência artificial.

No caso de um país, pode-se verificar quais são estes interesses utilizando os tópicos mais citados nas redes sociais. Por exemplo, os *trending topics* do antigo *Twitter*, atual *X*, que são o uso da inteligência artificial em um nível muito mais ampliado. Mas em cada cidade se pode desenvolver, por exemplo, inteligência artificial para definir em cada bairro ou em cada área quais são as temáticas que são de maior interesse a partir do uso do mapeamento da

inteligência artificial customizada pelas organizações jornalísticas locais. Cada vez mais se pode, sim, fazer esse mapeamento, - e se deveria fazer -, a partir do uso da inteligência artificial.

Larissa Duarte: No processo de produção de notícias, como os jornalistas podem assegurar a transparência e a responsabilidade ética nas decisões tomadas por sistemas de inteligência artificial? E de qual maneira podemos garantir que essas decisões sejam compatíveis com os valores éticos do jornalismo?

Elias Machado: É essencial compreender que os valores éticos no jornalismo são históricos. Não são absolutos ou imutáveis. Esses princípios mudam conforme o contexto social e político. Por exemplo, até o século XIX, o jornalismo era predominantemente partidário, sem compromisso com a objetividade, o que frequentemente, como comprovou Ahasvero Fritsch, resultava no uso da mentira para atingir objetivos políticos. Avaliar práticas jornalísticas passadas com base em valores contemporâneos seria negar a história. O mais recomendável é sempre analisá-las dentro de seus próprios contextos históricos, tomando como referência o conhecimento e a experiência acumulados.

Além disso, o mito de que o jornalismo sustenta a democracia precisa ser revisado. Historicamente, o jornalismo também apoiou regimes ditatoriais, como o nazismo, o fascismo, a ditadura militar no Brasil e outros contextos autoritários. Na realidade, o jornalismo reflete os valores da sociedade em que está inserido, não sendo suficiente, por si só, para revolucionar estruturas sociais. As transformações históricas que moldam as sociedades também redefinem o jornalismo e suas instituições.

No cenário contemporâneo, a introdução da inteligência artificial (IA) trouxe mudanças profundas. Hoje, a apuração, a redação e a distribuição de notícias são amplamente mediadas por algoritmos, tornando o ciberespaço o principal ambiente para o jornalismo, como eu previa no meu livro de 2003. Grande parte das notícias globais é produzida por robôs. E a totalidade das informações

circula em ambientes digitais mediados pela inteligência artificial. Nos principais centros de tomada de decisões, os jornalistas humanos, cada vez mais, se concentram no desenvolvimento dessas tecnologias e na supervisão do trabalho da inteligência artificial. Essa nova dinâmica exige uma transformação urgente no ensino de jornalismo.

Desde o século XVII, até o século XXI que o jornalismo pressupõe apuração, produção, distribuição, circulação e consumo de informações. Hoje, todas essas etapas podem e são mediadas pela inteligência artificial e pelos algoritmos. Então, é por isso que não faz mais sentido continuar ensinando o jornalismo como se fosse fazer uma notícia para impresso ou para um telejornal. Hoje, quase a totalidade das últimas notícias em áreas temáticas como o mercado de ações ou terremotos das grandes agências mundiais são apuradas e escritas por robôs, por jornalistas robôs.

Assim, as universidades enfrentam o desafio de abandonar o modelo de ensino reprodutivo e investir em práticas que promovam a inovação. É preciso transformar os laboratórios acadêmicos, hoje focados na reprodução de padrões antigos, em espaços voltados para pesquisa aplicada e desenvolvimento de novas práticas. Embora avanços já tenham sido conquistados, como a aceitação da relevância teórica, o caminho para normalizar o desenvolvimento de inovações no ambiente acadêmico ainda é longo. É possível sim fazer pesquisa aplicada nas universidades.

Essa transformação requer esforços em diferentes esferas. No nível conceitual, é necessário consolidar a compreensão de que a inovação é parte essencial da realidade universitária. No nível prático, há a necessidade de mudanças efetivas nas metodologias de ensino, o que certamente será uma tarefa desenvolvida pelas novas gerações. A luta pela renovação do ensino e da prática jornalística é um processo contínuo que precisa ser abraçado de forma coletiva e estratégica.

Juliana Cavalcanti: Em 2003, o último capítulo do livro *O ciberespaço como fonte para os jornalistas* trata sobre os novos parâmetros da ética para o jornalismo no espaço digital. No caso da inteligência artificial quais são esses parâmetros?

Elias Machado: Sobre a questão da inteligência artificial e dos algoritmos, é importante reconhecer que todos os algoritmos têm por trás de si uma moralidade prática. O que as pessoas não se dão conta porque as relações com todas as linguagens são inconscientes, é que as escolhas que o algoritmo e **que a inteligência artificial** faz são a melhor maneira de internalizar a discussão deontológica e ética. Porque as pessoas, sem saber, estão acionando sistemas que são orientados profundamente por determinadas moralidades práticas, - mas que poderiam ser também orientados por princípios particulares (deontológicos) e universais (éticos).

Só que, na realidade, a relação das pessoas com a AI ocorre de forma alienada. Não se dão conta. É mais ou menos como um preconceituoso que utiliza as palavras sem se dar conta que as palavras carregam em si uma ideologia e uma moral. Por isso, é muito complicado, do ponto de vista legal, sancionar alguém porque usa termos politicamente incorretos. Porque, na realidade, quem é incorreta é a cultura que estabelece para uma determinada coletividade, muitas vezes, o uso ou a possibilidade de uso de termos que são histórica e politicamente incorretos.

Então, as pessoas acabam falando palavras que, com o tempo, vão ter que cair até em desuso, porque não são mais moralmente aceitas, mas que, historicamente, só foram aceitas porque, até aquele determinado momento, a coletividade compartilhou com aquele tipo de preconceito. É porque aquele preconceito era legalmente aceito ou era moralmente considerado justo. No geral, é o costume que molda as leis e não o contrário. E quando uma lei contraria a moralidade vigente o risco de que seja desrespeitada é grande. E, quando absolutamente necessária, deveria ser precedida de uma cuidadosa campanha educativa da população.

Larissa Duarte: A maioria dos jornais já está incorporando a inteligência artificial em seus processos e desenvolvendo manuais que recomendam seu uso. Nesse contexto, do ponto de vista ético, você acredita que existem riscos significativos relacionados à aplicação dessa tecnologia? Além disso, considerando aspectos como direitos autorais e outros fatores mencionados, você vê a regulamentação como algo necessário?

Elias Machado: Sim, muito necessária. E essa é, sem dúvida, uma questão crucial. Primeiramente, é necessário entender a lógica histórica por trás das práticas sociais, incluindo as dos jornalistas, e o movimento em direção à desprofissionalização. O capitalismo, muitas vezes, oculta essa lógica. Como seres humanos, não nascemos destinados a ser trabalhadores. Essa função definida legalmente e o conceito que a determina não existia, por exemplo, em sociedades indígenas. Nessas sociedades, trabalhar significava apenas garantir a própria subsistência. Plantar mandioca era para consumo, não para comercialização e para garantir a lucratividade do dono da lavoura.

Da mesma forma, até o século XVII, não existiam profissionais dedicados exclusivamente ao jornalismo. A profissão só surgiu como tal no século XIX, três séculos após o surgimento do jornalismo como prática e como instituição sociais. Portanto, é importante compreender que as mudanças nas práticas jornalísticas são parte de uma evolução histórica no capitalismo em escala mundial. E uma das exigências da atual reestruturação do capitalismo, que passa a ter como vetor, o capitalismo informacional é romper com a lógica da profissionalização decorrente da divisão social do trabalho imposta pela primeira e pela segunda revolução industrial.

A lógica de acumulação do capitalismo informacional, por sua vez, confronta uma divisão social do trabalho rígida e moldada pelas profissões reconhecidas e pelos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, conquistados a duras penas pelos trabalhadores entre os séculos XVII e XX. Não se trata de um problema simples. Já

em 1995 eu destacava a necessidade de repensar o jornalismo para adaptá-lo as particularidades do ciberespaço.

Acontece que como ocorre com todas as instituições, no jornalismo, as mudanças estruturais são lentas entre as organizações paradigmáticas em cada período histórico. E, na maioria das vezes, as rupturas estruturais somente são feitas pelas organizações mais inovadoras e capazes de instituir novas práticas, mais adaptadas às novas demandas emergentes, mas que incorporam em suas atividades as continuidades essenciais para a manutenção das funções institucionais, desempenhadas pelas antigas organizações. Sem a criação dos oligopólios das tecnologias da informação e da comunicação, não existiria o ciberespaço enquanto um espaço viável no capitalismo informacional.

Dou um outro exemplo para esclarecer melhor como estes processos são complexos e as suas consequências para a legitimação do jornalismo enquanto organização e prática social.

Apenas em 2018 a *Folha de S. Paulo* atualizou seu manual de redação para incluir reflexões sobre a definição do regime implantado após o golpe de 1964 como uma ditadura militar. Logo esse atraso em responder às mudanças não é novidade no caso do ciberespaço. O problema é que esse tipo descompasso entre a realidade da prática social e as demandas mais complexas da sociedade deslegitima o jornalismo enquanto instituição mais do que o uso de novas tecnologias, como a inteligência artificial.

Esse tipo de demora e relutância, - muitas vezes premida pela necessidade de sobrevivência do jornalismo enquanto um negócio -, em definir a realidade pelo que é, deslegitima o jornalismo enquanto uma instituição capaz de problematizar as contradições da realidade histórica. Muitas pessoas no Brasil ainda negam que houve uma ditadura militar porque, por décadas, a própria imprensa evitou tratar esse período como tal, preferindo termos mais brandos, como “regime militar”.

Outro exemplo é o *The New York Times*, que recentemente enfrentou protestos de seus repórteres por impedir a cobertura do que ocorre na Faixa de Gaza como um genocídio. Além disso, foi apenas em 2015 que o jornal reconheceu que tropas dos EUA torturaram prisioneiros no Iraque, um fato que foi omitido por mais de 14 anos. Esses casos demonstram que o que enfraquece o jornalismo não é a tecnologia ou o uso de inteligência artificial, mas a falta de capacidade para abordar a verdade histórica de maneira transparente.

Seja como for, o que precisamos é considerar que as novas tecnologias também podem ter um impacto que favoreça a deslegitimação institucional. Por isso, é fundamental entender a complexidade das linguagens humanas e evitar tratar a inteligência artificial como um “monstro”, que ameaça o futuro da humanidade. Toda linguagem reflete a prática coletiva humana, mas pressupõe alienação (Saussure, 2021, p. 123). Aprendemos a falar a língua natural, por exemplo, errando, sem plena consciência das normas cultas do idioma.

É comum uma criança enfrentar dificuldades na escola para aprender a norma culta porque aprender a gramática exige esforço para internalizar as normas da língua enquanto um sistema formal, que prescreve parâmetros para a língua falada. E esse processo é, muitas vezes, sofrido e lento porque a norma culta contraria práticas arraigadas desde a mais tenra infância. E que a criança aprendeu a utilizar por imitação e pela comprovação, na prática, da sua eficácia. A contradição entre a norma culta e a falada é tanto maior quanto maior é a distância entre a norma culta e o uso popular de uma língua.

De certa forma o uso cotidiano da língua mantém uma alienação em relação às regras gramaticais, que orientam a produção culta da linguagem escrita, o que explica a nossa preferência no dia a dia pela licenciosidade inventiva da linguagem oral. Quando se trata de inteligência artificial, essa alienação é ainda maior, já que se trata de uma linguagem complexa, desenvolvida por especialistas que,

muitas vezes, serve como instrumento de controle e dominação — algo comparável à linguagem dos morubixabas ou dos sacerdotes egípcios ou maias, que dominavam sistemas simbólicos inacessíveis ao resto da sociedade.

Por isso, é essencial regulamentar a inteligência artificial. E, mais ainda, os oligopólios tecnológicos, em sua maioria sediados nos países centrais do capitalismo, que controlam a informação e a comunicação. Essas megaempresas, que têm a vocação para o oligopólio e são as mais inovadoras do mundo, estão direta e indiretamente envolvidas em tudo: desde o lançamento de satélites até a produção de conteúdo jornalístico, da definição de alvo militares a previsão do tempo, do ensino remoto ao controle do tráfego nas estradas, do comércio eletrônico ao mercado de criptomoedas, da lavagem de dinheiro nos paraísos fiscais aos crimes cibernéticos, das apostas online a pedofilia na internet etc.

O Brasil, sendo a oitava maior economia do mundo, não pode se limitar a depender de inteligência artificial desenvolvida em outros países. Precisamos criar tecnologia em todas as áreas, mas, lamentavelmente, nosso país não está discutindo, com a relevância necessária, o que mais importa: não lançamos satélites; perdemos a iniciativa na transição para tecnologias emergentes como os carros elétricos; e dependemos de países como a China que, em 1995, tinha um PIB inferior ao nosso, mas que hoje é a segunda maior economia global graças a investimentos em ciência, tecnologia e inovação. E que hoje conseguiu se impor em um mercado que até a primeira década do século XX era dominado pela indústria dos Estados Unidos e da Europa e pelos seus satélites como o Japão e a Coreia do Sul.

Enquanto isso, o Brasil retrocede em investimentos em ciência, tecnologia e inovação, preferindo a privatização de empresas públicas em áreas estratégicas como sistema financeiro, produção de energia, saneamento, saúde pública, educação e precarização dos direitos trabalhistas, da previdência pública e até do patrimônio das universidades públicas, que estão se transformando em

grandes escolas de ensino básico. Eu, como professor no final da carreira, hoje, leciono para quase 100 alunos em três disciplinas de graduação. Nessas condições, é impossível desenvolver qualquer inovação científica ou tecnológica.

Além disso, os salários são extremamente defasados. Um professor universitário com doutorado e 35 anos de carreira ganha metade do salário de um delegado da Polícia Federal. Sem investimento, não há como mudar essa realidade. Por que Cuba, uma pequena ilha com poucos recursos, que tem dificuldades até para garantir energia elétrica para sua população, conseguiu desenvolver em tempo recorde cinco vacinas contra a Covid-19, enquanto o Brasil não desenvolveu nenhuma até 2024? A resposta é simples: sem um Estado que priorize ciência, tecnologia e inovação, não há avanço em áreas estratégicas como a saúde pública.

Isso é ainda mais crítico no capitalismo informacional, onde a comunicação é uma atividade estruturante. Não esqueçamos: as atividades de comunicação são estruturantes no capitalismo informacional porque todas as metamorfoses do capital no ciclo de produção de valor - da mercadoria ao dinheiro, até o capital propriamente dito, - tudo é informação. O capitalismo informacional se orienta a partir de práticas de informação, em todas as áreas. Do agendamento de consultas no posto de saúde ao pagamento de contas ou recebimento de salários, da correção das atividades dos alunos à leitura das últimas notícias, tudo passa pelo ciberespaço.

Então, mais que a regulamentação da inteligência artificial, o que precisamos é de uma regulamentação do ciberespaço, que vá além do conceito ingênuo que orienta o Marco Civil da Internet e que, na prática, dá plena liberdade de atuação aos oligopólios das tecnologias da informação e da comunicação para a privatização da esfera pública e a apropriação privada do trabalho e da inteligência coletivos. A regulamentação não deve ser vista como uma panaceia que vai resolver todas as mazelas do ciberespaço, mas como um consenso mínimo necessário para salvaguardar os direitos e os deveres de todas as partes envolvidas. E, no capitalismo, os deveres

mínimos destes oligopólios para garantir os direitos dos trabalhadores, como são os direitos autorais.

Juliana Cavalcanti: Atualmente, como pode ser caracterizada a deontologia do jornalismo?

Elias Machado: É muito importante entender que a deontologia do jornalismo é muito limitada em termos práticos, porque ela é prescritiva. Ela é a ética do dever ser, e não do que é. E ela, do ponto de vista filosófico, é, inclusive, ingênua, pois a nossa deontologia é uma deontologia idealista. Ela diz, determina e prescreve como deve ser a prática humana. Mas a prática humana não é determinada por nenhuma prescrição, mas determinada pelo caráter imperioso da ação real e concreta.

O jornalista, na singularidade das suas ações, é determinado pelas condições de trabalho da sua empresa, pelo seu conjunto de crenças, pelas condições das relações que estabelecem com as fontes, pelas condições da conjuntura política e econômica e religiosa. O jornalista não tem autonomia total quando desenvolve as suas práticas. Por isso que o código deontológico é uma simples abstração para a maioria dos profissionais. Porque não faz a mediação necessária para internalizar o horizonte deontológico nas práticas.

É diferente, por exemplo, da cultura da objetividade. Do ponto de vista pragmático, a cultura da objetividade, sem qualquer discussão teórica, consegue estabelecer a mediação quando diz para o jornalista, no nível da redação, que ele tem que ouvir as duas partes. Ou seja, ouvir as duas partes é internalizar, no nível da narrativa jornalística, o parâmetro da igualdade, o parâmetro de ouvir as duas partes. A gente sabe que, na prática, a realidade tem muito mais do que duas partes, mas é o consenso necessário mínimo para que, do ponto de vista prático, sem qualquer discussão ética ou filosófica, que não está no nível da prática de um profissional, oriente a prática aceitável do ponto de vista deontológico. Então, é preciso entender essa diferença e fazer essa mediação.

Juliana Cavalcanti: Enquanto instituição democrática, o jornalismo pode ser deslegitimado em meio às inovações tecnológicas contemporâneas?

Elias Machado: O jornalismo, mesmo antes das inovações tecnológicas, já enfrentava crises de legitimidade devido a suas escolhas políticas. No Brasil, o apoio ao golpe de 1964 e à Operação Lava Jato são exemplos emblemáticos de momentos em que o jornalismo se deslegitimou por suas próprias ações. No cenário global, casos recentes, como a decisão do *The New York Times* de proibir seus jornalistas de utilizar o termo “genocídio” para descrever a situação em Gaza, evidenciam como as escolhas editoriais podem comprometer a confiança do público.

Essa questão vai além de erros ou falhas; ela se relaciona ao papel que o jornalismo desempenha em sociedades onde os valores democráticos são contestados ou manipulados. A democracia, frequentemente tratada como um valor universal, é, na verdade, historicamente construída e carrega contradições profundas. Por exemplo, nos Estados Unidos, a Constituição, elaborada somente pelos colonos brancos das 12 colônias originárias, legitimou a conquistas das terras dos indígenas e a escravidão dos negros. E práticas que remetem à escravidão ainda persistem, como a exploração de presidiários, majoritariamente negros, sem qualquer contrapartida. Mesmo em Estados onde essa prática foi submetida a plebiscitos, sua continuidade foi legitimada durante consulta paralela às eleições presidenciais de 2020.

Essas contradições levantam a questão: pode-se considerar uma democracia plena um sistema onde a lei não é aplicada de forma igual para todos? A resposta aponta para a necessidade de questionar e reinterpretar o conceito de democracia. Se a democracia pressupõe “governo do povo, para o povo e pelo povo”, seria fundamental que as leis que regem as instituições fossem aprovadas pelo próprio povo. O problema é que, na maioria das democracias, incluindo os Estados Unidos, o povo raramente é consultado diretamente sobre as leis que moldam a sociedade.

O que se verifica, em escala mundial, é que nas duas primeiras décadas do século XXI, tanto o jornalismo como as democracias liberais estão enfrentando crises profundas de legitimidade. Ambos precisam ser problematizados, criticados pelas suas falhas enquanto sistema político e instituição, e transformados para que possam cumprir suas promessas de representar e defender os interesses coletivos.

Larissa Duarte: Pensamos muito sobre os efeitos negativos da inteligência artificial, sobretudo para a prática jornalística. Considerando sua trajetória no GJOL, o que de positivo podemos incorporar no currículo profissional com o uso dessa tecnologia?

Elias Machado: A inteligência artificial (IA) deve ser compreendida como uma linguagem, neutra em sua essência, mas que como toda linguagem é profundamente ideológica e reflete e refrata as contradições de classe e de cultura, como diria Volochinóv (Círculo de Mikhail Bakhtin). E que pode ser utilizada tanto para o bem quanto para o mal, dependendo de como é desenvolvida e aplicada. Assim como outras linguagens — gestual, oral, escrita ou audiovisual — a IA reflete as intenções humanas, que podem oscilar entre a criação de beleza e a perpetração de violência. A questão central está no uso que as sociedades e instituições fazem dessa linguagem extremamente complexa e que é a própria essência de materialização das relações sociais de produção no ciberespaço.

No contexto atual, a IA é amplamente utilizada para manipular opiniões, controlar eleições e maximizar interesses econômicos, políticos e militares. Isso não é uma consequência intrínseca da IA enquanto uma linguagem, isto é, como uma tecnologia social, mas sim da estrutura do modelo capitalista, que prioriza o desenvolvimento e o uso da IA para aumentar a lucratividade acima de tudo. Exemplos disso incluem o uso de inteligência artificial e plataformas digitais, como *Whatsapp*, nas eleições de 2018 no Brasil e os debates polarizados promovidos pelas redes sociais em torno de discursos preconceituosos ou **neonazis**, para citar dois casos.

Além disso, a história da tecnologia, desde suas origens, está profundamente ligada à indústria da guerra. A internet, por exemplo, nasceu como uma inovação militar para o caso de um ataque nuclear aos centros de mando nos Estados Unidos. E a IA continua a desempenhar um papel central nos conflitos modernos, permitindo ações como a localização de alvos via satélite e o lançamento de mísseis. A guerra, mediada por tecnologias avançadas, é uma prova de que a violência e o progresso tecnológico caminham lado a lado.

No entanto, isso não significa que a IA deva ser rejeitada no jornalismo. Pelo contrário, o futuro da prática jornalística exige que a inteligência artificial esteja no centro de suas operações, não como um recurso periférico, mas como uma parte integral de todas as suas instâncias.

Como discuti nos meus livros *O ciberespaço como fonte para os jornalistas* (2003) e, principalmente, *O Jornalismo Digital em Bases de Dados* (2006), no ciberespaço todas as etapas de produção de informações são mediadas pelas ‘tecnologias inteligentes’, para utilizar o conceito de Pierre Levy. E a IA, que é a máxima expressão de sistemas complexos de ‘tecnologias inteligentes’, oferece plenas possibilidades de inovação e eficiência, desde que utilizada de forma ética e consciente.

O desafio está em desenvolver modelos alternativos de jornalismo que aproveitem o potencial da inteligência artificial sem cair nas armadilhas impostas pela lógica dos oligopólios das tecnologias da informação e da comunicação dos países centrais do capitalismo. Isso requer não apenas a incorporação da IA nas práticas jornalísticas, mas também a clareza sobre como utilizá-la para criar um impacto positivo e responsável na sociedade.

Juliana Cavalcanti: O governo brasileiro tem falado sobre a tentativa de repatriar talentos — os chamados “cérebros brasileiros” que, formados aqui, acabam indo para o exterior e se destacando em áreas de ponta, como o caso de um brasileiro envolvido no desenvolvimento da computação em nuvem, mencionado

recentemente pela ministra de Ciência e Tecnologia. Embora essa ideia de trazer esses talentos de volta ao país seja promissora, enfrentamos um grande contraste: as condições precárias de trabalho nas universidades brasileiras. Sabemos que a pesquisa aplicada, que poderia gerar inovação, é cara, demanda tempo e depende de políticas institucionais e investimentos significativos em laboratórios e projetos de longo prazo. Nesse cenário, como você avalia essa proposta de repatriação de cérebros? Faz sentido tentar trazer esses talentos de volta sem antes resolver os problemas estruturais e de financiamento no Brasil?

Elias Machado: Eu vejo essa questão como mais uma iniciativa isolada, que não faz parte de um projeto estratégico de médio e longo prazo viável. O Brasil, infelizmente, não possui um projeto estratégico de inserção soberana na economia mundial. Na prática, o atual governo, assim como os governos de coalizão anteriores do PT, como o de Lula em 2004, têm lutado para sobreviver, fazendo concessões necessárias para, ao menos, chegar ao final de seus mandatos.

Os limites desse modelo histórico ficaram evidente no caso da ex-presidente Dilma Rousseff, que sequer conseguiu completar seu mandato. Isso reflete um limite histórico e institucional preocupante no Brasil, cuja trajetória política é marcada por golpes, e não por democracia. Podemos observar isso desde o início. O Brasil nasceu com um golpe, quando D. Pedro I fechou a Assembleia Constituinte durante a Noite das Garrafadas, para impor o Poder Moderador. Nossa primeira Constituinte foi encerrada de maneira autoritária e, mesmo sendo elitista — com voto censitário e em um país escravocrata —, já enfrentou essa intervenção. Não havia democracia naquele contexto, e o Brasil, por mais de três séculos, conviveu com a escravidão como uma instituição legalmente estabelecida, mesmo após a Independência.

Se não entendermos essas origens históricas, não compreenderemos as limitações que enfrentamos hoje. O grande desafio do Brasil é chegar a um consenso mínimo, que passa pela definição

de um projeto estratégico para sua inserção soberana no cenário global. Cada país tem um modelo, e não precisamos copiar nenhum, mas devemos desenvolver o nosso. A China, por exemplo, conseguiu construir um modelo próprio, mas não podemos ignorar suas contradições. É um país de capitalismo de Estado, comandado pela lógica autoritária do Partido Comunista, que concentra poder e riqueza, mesmo sob um discurso comunista. Enquanto a China ostenta centenas de milionários e até bilionários, ao lado de uma classe média de 400 milhões de pessoas, também possui cerca de um bilhão de cidadãos vivendo na linha da pobreza ou abaixo dela, segundo padrões da classe média dos países centrais do capitalismo.

Nos Estados Unidos, o cenário também é marcado por desigualdades. De uma população de 333 milhões de pessoas, cerca de 50 milhões vivem na miséria, o que gera descontentamento e reforça o apoio a figuras autoritárias como Donald Trump, que se alimentam desse sentimento de exclusão, de fim do sonho americano, de bem-estar e oportunidades para todos. Esse fenômeno não é novo: é a mesma lógica que sustentou o apoio popular a Mussolini e ao nazismo, em que a extrema-direita se baseia, em grande parte, nos mais pobres e excluídos. E marcou o fracasso da jovem República de Weimer, na Alemanha, nos anos 1930.

Nesse contexto, as democracias liberais enfrentam uma crise de legitimidade. O falecido professor Wanderley Guilherme dos Santos, o decano entre os cientistas políticos brasileiros, já destacava, em seu livro *A democracia impedida* (2017), em que definiu o golpe parlamentar, como uma das características das democracias liberais na contemporaneidade, que as democracias do século XXI têm perdido a confiança de parcelas significativas da população. E esse descrédito, decorrente da falta de atendimento de demandas básicas da população, é um dos fatores que impulsiona o crescimento da extrema-direita no mundo.

Entre as instituições que também sofrem com essa crise de legitimidade está o jornalismo que, muitas vezes, é percebido como conivente com um Estado de direito que não atende aos

interesses da maioria da população. Por isso, é importante distinguir os interesses das empresas jornalísticas dos interesses do público. Frequentemente, o jornalismo afirma falar em nome do público, mas não defende seus reais interesses.

Nesse ponto, a inteligência artificial surge como uma inovação promissora. Ela permite medir, em tempo real, os interesses do público, tornando obsoleta a prática de jornalistas decidirem as pautas exclusivamente em reuniões editoriais. Com a inteligência artificial, é possível descentralizar o processo e mapear os interesses locais de forma precisa, identificando as temáticas mais relevantes em cada bairro ou região.

Por exemplo, em vez de depender de tendências gerais, como os *trending topics* do *Twitter*, seria possível utilizar sistemas mais avançados de inteligência artificial para criar mapas temáticos em níveis locais. Isso eliminaria a necessidade de decisões centralizadas, permitindo que o jornalismo se tornasse mais conectado às demandas reais da população. Essa abordagem não apenas modernizaria o jornalismo, mas também ajudaria a recuperar sua legitimidade ao alinhar sua produção às necessidades e interesses genuínos das comunidades.

Juliana Cavalcanti: No jornalismo, há uma máxima de que devemos informar não apenas o que as pessoas querem saber, mas também o que elas precisam saber. Porém, se passarmos a definir pautas exclusivamente com base no que as pessoas demonstram interesse, como nas redes sociais, isso não distanciaria o jornalismo de seu papel informativo e crítico?

Por exemplo, o que domina as redes sociais muitas vezes são temas como fofocas, celebridades ou conteúdos sensacionalistas, que podem não refletir as informações mais relevantes para a sociedade. Nesse cenário, será que não correríamos o risco de termos veículos de jornalismo com critérios cada vez mais duvidosos, focados apenas no apelo popular?

Elias Machado: Não, porque o que muda nesse contexto não é o tema em si, mas o ponto de partida para tratá-lo. Se a população quer discutir sexo, por exemplo, o jornalismo não tem a função de rejeitar essa discussão ou impor outra temática, mas sim de problematizar o horizonte no qual essa conversa ocorre. O papel do jornalismo é aprofundar e qualificar o debate sobre os temas que são considerados relevantes pela coletividade, não negar sua importância ou deslegitimá-los.

Qual é a autoridade que o jornalismo tem para dizer que certos temas não podem ser discutidos? Fazer isso seria uma postura autoritária. O que o jornalista deve fazer é trabalhar para que essa discussão supere o nível dos preconceitos predominantes no senso comum. E que seja abordada a partir de critérios jornalísticos que tragam novas perspectivas à discussão. No entanto, ignorar o que a comunidade considera importante seria uma desconexão com a realidade e uma negação da função democrática do jornalismo. Como Robert Park apontava, o objetivo do jornalismo é aprimorar a conversação e qualificar os debates sociais.

Por exemplo, digamos que em Campina Grande a comunidade queira discutir o valor da cota do IPTU. Não faz sentido o jornal local impor outro tema, como o jogo do final de semana do 13, por mais relevante que este possa parecer para os torcedores do clube. A prática jornalística deve respeitar o que é prioritário para as pessoas em sua realidade concreta e partir disso para contextualizar e conectar com questões mais amplas.

O mesmo princípio se aplica a temas como religião. Mesmo que o jornalista pessoalmente não veja relevância, a religião é uma das formas mais antigas e importantes de produção cultural e de conhecimento da realidade. Portanto, desconsiderá-la seria ignorar sua centralidade em várias dimensões da sociedade. A abordagem do jornalismo deve reconhecer essa importância e propor uma análise mais profunda e contextualizada, sem impor um olhar de fora que não considera a relevância que a coletividade atribui aos temas religiosos.

Nesse sentido, o uso da inteligência artificial pode ser uma inovação poderosa. Não é para glorificar o senso comum, que frequentemente é conservador e limitado, mas para identificar com precisão os temas que são de real interesse para a coletividade. A partir desse mapeamento, o jornalismo pode se dedicar a retirar o debate do nível do senso comum, singularizando, particularizando e universalizando os temas. Isto é, conectando as discussões locais a contextos mais amplos e complexos.

A inteligência artificial não substitui o olhar crítico do jornalismo; ao contrário, complementa. Ela permite mapear o que as pessoas realmente consideram importante, ajudando o jornalista a atuar de forma mais conectada à realidade da comunidade. Isso não significa renunciar à problematização dos temas, mas sim utilizá-los como ponto de partida para construir debates mais profundos e significativos.

O jornalismo numa democracia precisa partir da forma básica ensinada desde os gregos: governo do povo, pelo povo e para o povo. Imposições externas de temas por jornalistas desconectados das demandas reais das comunidades não são democráticas. O jornalismo precisa reconhecer que as pessoas sabem o que é mais importante para suas vidas e que é a partir dessas questões concretas que os debates devem ser estruturados.

Ao mesmo tempo, o jornalista tem um papel fundamental: combater a superficialidade e o senso comum, elevando as discussões a um nível mais profundo e crítico. Isso é essencial para enfrentar o atual cenário, onde o jornalismo frequentemente se limita a reproduzir redes sociais ou prioriza a cobertura de declarações e entretenimento de celebridades, deixando de lado questões que realmente importam, como a própria IA.

O portal *ProPublica*, dos Estados Unidos, por exemplo, tomou a inovadora iniciativa de criar um posto para a cobertura das IA e algoritmos utilizados pelas empresas e pelo governo. E em várias séries de reportagens conseguiu comprovar os vieses existentes em

sistemas utilizados para identificação de possíveis criminosos, (em geral negros) pelas companhias de seguro para definição dos custos dos planos (mais caros nos bairros pobres) ou pelas empresas de comércio eletrônico na comparação de preços entre os produtos (mais indicados os patrocinados).

A inteligência artificial pode ajudar a superar essa superficialidade, permitindo identificar os temas com maior relevância e capilaridade dentro das comunidades. A partir daí, cabe ao jornalista contextualizar e trazer profundidade a essas discussões, conectando-as com outras dimensões e propondo reflexões mais amplas. Assim, o jornalismo fortalece seu papel democrático, respeitando os interesses reais da coletividade enquanto promove debates que contribuam para a construção de uma sociedade mais crítica e informada.

Larissa Duarte: Retomando o assunto da aplicação da IA na prática do jornalismo: considerando que a inteligência artificial é uma linguagem do ponto de vista ético, a utilização deve ser declarada pelos jornalistas e meios de comunicação? A utilização das plataformas de IA pelos jornalistas na construção do texto deveria ser classificada como uma ferramenta ou coautoria? A criação de uma teoria crítica da inteligência artificial ajudaria a evitar possíveis deslizamentos éticos?

Elias Machado: As perguntas apresentadas são bastante pertinentes e permitem uma discussão concreta sobre os três pontos propostos. Primeiramente, é essencial destacar a importância do desenvolvimento teórico no jornalismo. Esse debate já ocorre há, pelo menos, três décadas. Entretanto, se recuarmos um pouco mais, encontramos obras clássicas que sinalizam a necessidade de repensar a prática jornalística.

Por exemplo, em 1972, Daniel Morgaine afirmou, em seu livro seminal, *Dix ans pour survivre: un quotidien grand public en 1980*, que o jornalismo tradicional tinha uma expectativa de sobrevivência de apenas mais uma década. Segundo Morgaine, o jornalismo

tradicional teria “morrido” em 1982. Hoje, em 2024, continuamos a revisitar essas reflexões, demonstrando como tais ideias ainda se mostram relevantes. Outro exemplo é o livro *Goodbye Gutenberg*, de Anthony Smith (1980), que ampliou as discussões iniciadas por Morgaine com análises ainda mais complexas. De forma similar, *Mediamorphosis*, de Roger Fidler (1997), antecipou tecnologias que pareciam futuristas, como o jornalismo em *tablets*, dispositivos que, hoje, já começam a ser considerados obsoletos.

As teorias sobre a transformação do jornalismo não são novas. Desde os anos 1970, com o avanço da informatização nas redações, vários autores vêm discutindo a necessidade de repensar essa área e a própria profissão. O problema, no entanto, não está na ausência de teorias, mas no acesso restrito a elas. E no uso dessas teorias para a compreensão de fenômenos novos e, o que seria mais relevante ainda, para o desenvolvimento de inovações necessárias para atualizar as práticas sociais como o jornalismo às novas demandas da sociedade.

Um exemplo emblemático é a pouco citada e ainda menos conhecida tese de Arrasvero Fritsch, que tive acesso durante as pesquisas para minha tese de professor titular na UFSC. Embora outros colegas, como o português Pedro Jorge Sousa e o alemão Jürgen Wilke, tenham mencionado Arrasvero como um dos precursores dos estudos sobre jornalismo na Alemanha, no século XVII, minha contribuição foi utilizá-lo para refletir sobre um fenômeno da atualidade no século XXI: as *fakes news*. Isso demonstra como teorias antigas podem ser mobilizadas para analisar problemas contemporâneos.

Neste sentido, orientei minha reflexão sobre *fake news* e inteligência artificial pelos ensinamentos extraídos por Fritsch sobre a produção e circulação de mentiras pelos jornais no século XVII, que já identificavam a produção de informações falsas como um dos problemas do jornalismo. O pleno acesso à base teórica é um pressuposto para a pesquisa e o desenvolvimento de inovações. Hoje, contamos com uma ampla base de teorias; o desafio é traduzir esse

acervo teórico em práticas aplicáveis. Cito, por exemplo, o trabalho de Nicholas Diakopoulos (*Automating the News*, 2019), essencial para entender o impacto da IA no jornalismo. Diakopoulos combina sua experiência prática como jornalista com sua atuação como desenvolvedor, abordando questões como a autoria em conteúdos gerados por IA.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as agências de notícias e os principais jornais têm normas claras sobre a identificação de conteúdo criados por inteligência artificial. Sempre que uma notícia é produzida exclusivamente por IA, ela é assinada como tal, atendendo ao padrão deontológico mínimo exigido. A prática profissional exige transparência nesse sentido, especialmente em editorias específicas, como a cobertura de terremotos pelo *Los Angeles Times*, que integralmente utiliza inteligência artificial para redigir e publicar automaticamente notícias sobre eventos sísmicos.

A inteligência artificial não apenas participa da apuração, redação e distribuição de notícias, mas também transforma a maneira como a informação chega aos consumidores. Diferentemente do passado, em que as pessoas buscavam ativamente as notícias, hoje as informações são direcionadas a elas, com base em algoritmos que monitoram seus hábitos, interesses e comportamentos. Isso inverteu a lógica tradicional do consumo de notícias, uma transformação discutida ainda nos anos 1990, entre 1995 e 2000, no contexto do ciberespaço.

Esse modelo, no entanto, apresenta desafios. Os algoritmos controlam os fluxos de informação de maneira independente da intenção dos emissores. Em vez de atingir o público desejado por quem produz as informações, as mensagens alcançam os indivíduos selecionados pela inteligência artificial, com base em padrões de comportamento. Isso reforça a necessidade de os jornalistas dominarem esses processos, em vez de serem controlados pelos critérios determinados pelas IAs.

Outro ponto crucial é o uso de plataformas como o *ChatGPT*, que utilizam sistemas de IA extremamente complexos. Embora úteis, elas estão sob controle das corporações que as desenvolvem, e não dos jornalistas que as utilizam. Isso implica que o trabalho dos jornalistas contribui para aprimorar essas tecnologias, enquanto seus próprios interesses podem não ser plenamente atendidos.

Por essa razão, a regulamentação se torna fundamental. O uso de plataformas de IA, como o *Google Tradutor* ou o próprio *ChatGPT*, deveria garantir compensações financeiras aos usuários, que alimentam essas tecnologias com sua inteligência e trabalho. Ademais, a regulamentação é importante definir e diferenciar ferramentas, que são instrumentos que não tem inteligência orgânica e dependem de inteligência externa para entrar em ação, de sistemas complexos de inteligência artificial.

Enquanto uma pá ou um martelo são ferramentas simples, plataformas como o *ChatGPT* são sistemas sofisticados, que devem ser tratados de maneira diferenciada. A literatura nas áreas de filosofia da técnica e da filosofia da linguagem já aborda essa distinção desde o final dos anos 1950 e 1960. Gilbert Simondon, filósofo francês, defendeu a tese “*Sobre o modo de existência dos objetos técnicos*,” em 1958 e publicada pela Contraponto em 2020 e Ferruccio Rossi-Landi, filósofo italiano, Rossi-Landi, antecipou discussões sobre sistemas complexos em 1968 no livro *A linguagem como trabalho e mercado*, editado pela DIFEL, em 1985.

Outro intelectual relevante é russo Alexander Bogdanov, precursor da teoria dos sistemas. Bogdanov, em sua obra de ficção científica *Estrela Vermelha*, - publicada na Rússia em 1908 e traduzida para o português pela Boitempo em 2020 -, já abordava conceitos que hoje estão relacionado à computação em nuvem, praticamente cem anos antes de sua concretização tecnológica. Ele destacava a importância da inteligência coletiva e antecipava como essa poderia ser apropriada através da identificação de padrões estatísticos de comportamento. Exatamente o que fazem os algoritmos e as IAs dos oligopólios privados das tecnologias da informação e da

comunicação para monitorar comportamentos e controlar a opinião pública.

Assim, a discussão contemporânea sobre inteligência artificial e jornalismo não apenas representa uma oportunidade para resgatar pensamentos históricos sobre a filosofia da técnica ou da linguagem e sobre as particularidades das práticas jornalísticas, mas também exige um olhar crítico sobre a apropriação e o uso das tecnologias pela sociedade e pelo jornalismo. O desafio não é apenas técnico, mas ético e político: garantir que o controle sobre os processos jornalísticos permaneça nas mãos dos profissionais e da sociedade, em vez de ser monopolizado por corporações privadas ou por estados e governos autoritários.

Juliana Cavalcanti: Quais medidas podem garantir que as futuras gerações que vão crescer junto com a normalização da inteligência artificial não percam o pensamento crítico e ético?

Elias Machado: A primeira questão que devemos considerar é que a naturalização da inteligência artificial como algo normal não pode ser aceita sem problematização. Toda linguagem, seja ela natural ou tecnológica, precisa ser debatida e compreendida em sua complexidade. Nesse sentido, é imperativo que as novas gerações sejam alfabetizadas não apenas para o uso, mas – principalmente – para o desenvolvimento da inteligência artificial. É preciso dominar a gramática da linguagem da inteligência artificial.

Insisto que as velhas práticas educacionais já não nos atendem. Formar indivíduos apenas como usuários dessa tecnologia seria um equívoco com consequências graves. Devemos, ao contrário, preparar desenvolvedores de inteligência artificial que sejam também usuários, mas cuja criatividade e capacidade crítica não fiquem confinadas ao simples uso destes sistemas complexos. A linguagem, seja ela verbal, escrita ou eletrônica, não deve ser apenas reproduzida inconscientemente. Deve ser desenvolvida de forma coletiva e criativa, para evitar um processo de colonização tecnológica.

Historicamente, podemos traçar paralelos com a chegada dos colonizadores ao Brasil, onde mais de 400 línguas indígenas coexistiam. A imposição do português, ainda que adaptado à nossa realidade cultural, representou a hegemonia de uma lógica colonizadora que levou ao genocídio de diversas culturas e formas de expressão. Assim também pode ocorrer com a inteligência artificial. Ela pode se tornar um instrumento de colonização ou um meio de emancipação, dependendo de como a abordamos.

Portanto, o ponto central é que precisamos de uma alfabetização tecnológica voltada para o desenvolvimento e não apenas para o consumo. Estamos em uma fase de transição. As novas gerações devem aprender desde cedo a criar inteligência artificial e não apenas a usar produtos como o *ChatGPT*. Utilizar tecnologias desenvolvidas por potências estrangeiras sem um projeto próprio é reproduzir uma lógica de dependência. É preciso observar o que ocorre em países como China, Rússia, Índia e Irã, que têm investido em tecnologias autossuficientes. Essas nações priorizam a soberania tecnológica, essencial para sua competitividade e segurança.

Se olharmos para exemplos recentes, como o lançamento de satélites e o desenvolvimento de mísseis hipersônicos pelo Irã e da vacina contra a covid-19 por Cuba, percebemos que até países considerados periféricos em termos econômicos e submetidos a draconianas sanções pelos Estados Unidos podem alcançar avanços significativos em tecnologia e inovação. Por que o Brasil, com a sua posição de destaque na economia global, não poderia fazer o mesmo com a inteligência artificial? Isso depende de uma mudança de prioridades, de um projeto claro que valorize a ciência, a tecnologia e a inovação como instrumentos para uma inserção soberana no cenário mundial.

Soberania tecnológica não é apenas uma questão de segurança nacional, mas também de garantir qualidade de vida e um Estado mais democrático para a população. Sem autonomia nesse campo, continuaremos subordinados aos oligopólios que controlam a

inteligência coletiva, apropriando-se do conhecimento produzido por milhões de brasileiros sem nenhum tipo de contrapartida.

Além disso, é preciso lembrar que o conhecimento não surge de gênios isolados, mas de processos institucionais e coletivos. Não basta trazer de volta cientistas brasileiros do exterior se não houver um projeto de país que valorize sua inteligência e potencial. Hoje, os oligopólios internacionais avançam porque sabem como se apropriar da inteligência coletiva de nações inteiras. E nós, brasileiros, ainda não aprendemos a fazer isso de forma soberana.

Nas últimas cinco décadas, conseguimos alfabetizar a maioria dos brasileiros, passando de um país com população predominantemente rural e analfabeta para um com acesso mais amplo à educação básica, embora ainda convivamos – uma vergonha nacional - com mais de 11 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Agora, o desafio é diferente: além de zerar o analfabetismo na língua portuguesa, precisamos alfabetizar as futuras gerações na linguagem da inteligência artificial. Não basta mais apenas ensinar português; é essencial ensinar a linguagem que media as relações no presente – a linguagem que está definindo o desenvolvimento e a autonomia de nossa sociedade.

Larissa Duarte: Em termos de qualidade da notícia, em que as notícias produzidas por seres humanos são superiores às produzidas pela inteligência artificial?

Elias Machado: Metodologicamente, não é a melhor alternativa estabelecer uma comparação em termos competitivos entre a inteligência humana e a inteligência artificial porque são duas formas complementares de inteligências. Tanto a inteligência humana quanto a artificial podem produzir resultados positivos ou negativos, mas a questão central não reside aí. É fundamental entender que a inteligência artificial é, em essência, um subproduto da inteligência humana. Antes de existir a inteligência artificial, há o trabalho humano que a concebe, desenvolve e programa. A inteligência

artificial pode ser definida como um desenvolvimento humano altamente complexo, capaz de reproduzir e replicar práticas humanas de forma autônoma. Entretanto, no cerne desse processo, está sempre a inteligência humana.

A criação de sistemas autônomos que simulam processos cognitivos humanos é, em última análise, uma extensão do próprio intelecto humano, como diria Marshal McLuhan, no clássico *Understanding Media*, publicado no Brasil como *Os meios de comunicação como extensão do homem*. A inteligência artificial não surge de forma independente; ela pressupõe, em sua origem, e durante os processos de atualização de seus sistemas de funcionamento, a ação e o raciocínio humanos. Seja para a programação inicial, seja para a reprogramação autogerativa.

Por isso, não é recomendável comparar diretamente a ação humana com a da inteligência artificial porque, na prática, as duas são indissociáveis. Uma das principais diferenças entre ambas está na capacidade de processamento. A inteligência artificial possui vantagens específicas, como a velocidade e a extensão do processamento de dados, superando a inteligência humana nesses aspectos. No entanto, essa eficiência técnica não substitui a criatividade, a subjetividade e a profundidade do pensamento humano. E a dependência da inteligência artificial da inteligência coletiva humana para que possa ativar seus processos de atualização autogerativos.

É também importante considerar uma perspectiva mais ampla para abordar fenômenos complexos como a inteligência artificial. A literatura frequentemente antecipa ou problematiza questões que a ciência ainda não abordou plenamente. Um exemplo notável é o trabalho do escritor Isaac Asimov, doutor em bioquímica e escritor de ficção científica, cuja obra, com destaque para a série sobre robôs e a saga da *Fundação*, explora temas relacionados à inteligência artificial e à computação no ciberespaço. Asimov, - que participou da equipe que ajudou a desenvolver a bomba atômica e atuou como consultor para o projeto de criação da internet - com sua formação científica e talento literário, foi capaz de projetar cenários

tecnológicos com décadas de antecedência, oferecendo pensamentos que ainda hoje são valiosos para os debates contemporâneos.

Na saga da *Fundação* e na série os *Robôs*, em particular nos quatro últimos volumes da primeira, publicados entre 1982 e 1993 e nos últimos dois volumes da segunda (1983 e 1985), Asimov aborda a ideia de robôs replicantes e autoconscientes, representando a inteligência artificial em seu mais alto grau de complexidade. E o que fica de ensinamento destas experiências é que, mesmo nesses cenários ficcionais, a inteligência artificial é apresentada como limitada: ela apenas emula o ser humano, sem alcançar o pleno potencial da inteligência coletiva humana. Isso nos leva à conclusão de que, por mais sofisticada que seja, a inteligência artificial reflete os limites e as contradições da própria humanidade.

Por fim, é necessário reconhecer que a inteligência humana, embora dotada de criatividade e profundidade, também possui suas limitações. Como ensinava o sábio Juan de Mairena, alterego do poeta espanhol Antonio Machado: “la verdad del hombre - habla Mairena a sus alumnos de Retórica - empieza donde acaba su propia tontería. Pero la tontería del hombre es inagotable”. A mais pura verdade é que, mesmo a mais avançada inteligência artificial pode acabar reproduzindo não apenas o melhor, mas também o pior de nós mesmos.

Entrevista | Liriam Sponholz

DESINFORMAÇÃO, ÉTICA E PÓS-VERDADE

“É evidente que o jornalismo deixou de ser o único mediador da realidade. Diante dessa mudança, é imperativo que o jornalismo reconheça essa nova dinâmica e se adapte para manter sua relevância e eficácia”

**Por Larissa Duarte Soares
e Zulmira Nóbrega**

Liriam Sponholz é uma referência no campo da Comunicação, com ênfase em estudos sobre jornalismo, ética e a relação entre mídia e democracia. Doutora em Comunicação pela Universidade de Leipzig, na Alemanha, Sponholz possui uma sólida trajetória acadêmica que abrange pesquisa, ensino e orientação em instituições de prestígio, como a Universidade de Munich. Sua formação e atuação internacional conferem-lhe um olhar crítico e inovador sobre as questões contemporâneas que envolvem a mídia, tornando suas contribuições essenciais para o avanço do conhecimento na área.

Ao longo de sua carreira, Sponholz vem tratando de temas caros à comunidade científica, como objetividade jornalística, populismo de direita, campanhas eleitorais online e discurso de ódio. Seus estudos exploram a função do jornalismo na sociedade, especialmente em contextos democráticos, analisando como as práticas jornalísticas podem influenciar e ser influenciadas pelo ambiente político e social.

Liriam Sponholz palestrou no curso online gratuito para jornalistas Ética do Jornalismo, uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Após a palestra, a pesquisadora foi entrevistada pelos discentes do mestrado, resultando neste artigo.

Na entrevista realizada com a professora Dra. Liriam Sponholz, foram discutidos temas centrais para o jornalismo contemporâneo, como a cobertura de discursos de ódio, a objetividade jornalística

e os desafios enfrentados pelas democracias liberais. Sponholz enfatiza que o jornalismo não pode se limitar à imparcialidade na cobertura de discursos de ódio, pois a neutralidade pode legitimar ideologias que violam valores éticos fundamentais, como a dignidade humana. Ela argumenta que existem áreas de consenso social que não devem ser questionadas, e o jornalismo deve reforçar esses consensos em vez de tratá-los como questões abertas ao debate.

A pesquisadora também critica o modelo tradicional de objetividade, apontando que, em muitos casos, o equilíbrio forçado entre “dois lados” pode resultar em falácias e distorções da realidade. Além disso, a entrevista explora o papel da direita *mainstream* na normalização de ideias extremistas, alertando para os perigos de alianças entre conservadores e a extrema direita. Por meio dessas discussões, Sponholz destaca a importância de uma prática jornalística ética e crítica, comprometida com a busca pela verdade e a proteção de princípios fundamentais.

Larissa Soares: Como os jornalistas podem fornecer uma cobertura informativa e imparcial ao noticiar discursos de ódio, sem incitar ainda mais audiência para esse tipo de conteúdo?

Liriam Sponholz: A cobertura jornalística não deve ser meramente imparcial ao noticiar discursos de ódio, pois o jornalismo desempenha um papel que vai além da mediação da realidade: ele também reforça valores sociais fundamentais. Reportar discursos de ódio de maneira neutra ou objetiva, como se fossem apenas mais um objeto de notícia, resulta na sua legitimação inadvertida. Um exemplo emblemático seria tratar o Holocausto como um tema passível de debate, quando, na verdade, se trata de um genocídio incontestável, sem “dois lados” a serem considerados. A tentativa de apresentar múltiplas perspectivas sobre um assunto como este inevitavelmente coloca em xeque o valor da dignidade humana, algo que deveria estar acima de qualquer controvérsia. Existem áreas do debate, aquelas que Habermas classificaria como resultados de processos de aprendizado coletivo, que devem ser protegidas de qualquer dissenso. Embora uma ditadura possa se proteger

do dissenso por motivos políticos, o que deve ser protegido de fato são valores que resultam de um aprendizado coletivo. Ao longo da história, aprendemos, por exemplo, que a dignidade humana não deve ser questionada. Existem tabus que não são discutidos, como a moralidade de atos abomináveis, e essa proteção é crucial para a coexistência social. Sem tal proteção, torna-se inviável manter uma sociedade ética e funcional. Este mesmo princípio se aplica aos discursos de ódio: não devem ser tratados como contrárias a um consenso ético básico. Em termos práticos, a cobertura midiática de discursos de ódio pode ser classificada em três tipos principais. O primeiro é o *non-sense*, que ocorre quando o autor do discurso não possui capital midiático significativo. Nesse caso, declarações de ódio de figuras marginais, como líderes religiosos de pequenas cidades, são frequentemente tratadas como irrelevantes ou absurdas, sem maior repercussão. O segundo tipo é a cobertura como escândalo, aplicada a figuras com maior influência midiática, como escritores ou políticos, cujas declarações de ódio provocarão choque e indignação. Por fim, há a cobertura como controvérsia, a forma mais perigosa, pois legitima o discurso de ódio ao tratá-lo como uma mera opinião, equivalente a qualquer outra. Quando se coloca uma opinião a favor e outra contra, cria-se uma falsa equivalência, sugerindo que ambas as posições são igualmente válidas. Assim, a cobertura jornalística de discursos de ódio não pode ser realizada de forma imparcial ou neutra, pois a dignidade humana não deve ser tratada como uma simples opinião. Ela faz parte do consenso ético fundamental que sustenta a prática jornalística e a sociedade como um todo.

Larissa Soares: É certo que existem muitas críticas ao modelo de objetividade na notícia. A senhora acredita que esse modelo corrobora para deslizos éticos por parte dos jornalistas?

Liriam Sponholz: A definição de objetividade no jornalismo pode, de fato, contribuir para dilemas éticos, especialmente quando aplicada de forma superficial. Além disso, é crucial diferenciar objetividade de imparcialidade ou equilíbrio. Um exemplo histórico

elucidativo é o caso do macartismo nos Estados Unidos durante os anos 1950, quando jornalistas adotaram um estilo declaratório para manter uma aparência de objetividade. Este período, marcado pelas ações do senador McCarthy, envolveu a perseguição de indivíduos acusados de serem comunistas. Na tentativa de serem “objetivos”, muitos jornalistas se limitaram a reportar as acusações sem questioná-las, alegando neutralidade e evitando tomar posição. Um exemplo ainda mais trágico dessa confusão ocorreu no início do século XX, nos Estados Unidos, quando um jornal argumentou que, embora o linchamento de homens negros estivesse errado, deveria ser considerado que esses homens eram supostamente responsáveis por casos de estupro. Uma investigação subsequente revelou que os “estupros” alegados eram, na verdade, relacionamentos consensuais. A tentativa de balancear a narrativa resultou na perpetuação de uma falsa equivalência, mascarando a realidade dos fatos. Portanto, a verdadeira objetividade no jornalismo não consiste em simplesmente apresentar lados opostos, mas em investigar a fundo, confrontar os fatos com a realidade e aplicar um julgamento ético informado. A imparcialidade é especialmente problemática em contextos que envolvem questões morais fundamentais, como discursos de ódio. A imparcialidade, entendida como a simples apresentação de “dois lados”, pode falhar em reconhecer a existência de questões que não devem ser debatidas. Um exemplo ilustrativo é o trabalho do humorista Sacha Baron Cohen, que satiriza essa abordagem em seu programa *The Ali G Show*. Ao encenar mesas redondas sobre temas absurdos e indiscutíveis, como “a melhor forma de espancar uma criança”, Cohen expõe os limites do conceito de controvérsia legítima. Essas situações revelam que, em certas questões, há um consenso ético básico que não deve ser colocado em xeque. Debater se a Terra é plana, por exemplo, não é uma questão de equilíbrio ou objetividade; é um absurdo que desafia a lógica e o conhecimento científico alcançado. O equilíbrio forçado, que coloca lados opostos como igualmente válidos sem a devida análise crítica, não é objetividade; é, na verdade, uma falácia que pode legitimar injustiças e distorcer a compreensão da verdade.

Larissa Soares: Em relação ao consenso, embora não seja suficiente para determinar o que é real, ele deve ser considerado em relação às suas consequências na construção social e midiática da realidade?

Liriam Sponholz: A aplicação do consenso como ferramenta na investigação jornalística depende de como esse consenso é compreendido e utilizado. Em termos gerais, podemos identificar três tipos de consenso: o consenso básico, o consenso alcançado e o consenso como concessão. O consenso básico refere-se ao senso comum, uma base não discutida que sustenta o debate. O consenso alcançado, por sua vez, é o resultado de um acordo após discussão. Já o consenso como concessão ocorre quando, embora as partes discordem em vários pontos, encontram um terreno comum em um aspecto específico, o que é especialmente relevante no contexto político. No contexto jornalístico, o consenso pode ser útil como método de busca pela realidade, particularmente na triangulação de fontes. Essa abordagem envolve a comparação de informações provenientes de diferentes fontes para verificar sua correspondência e, assim, aproximar-se da verdade por meio do consenso alcançado. Ainda assim, essa metodologia requer o cumprimento de certas regras para evitar distorções. Por exemplo, a ordem de investigação deve ser respeitada: inicialmente, o jornalista deve consultar a fonte que denuncia e, em seguida, ouvir os responsáveis. Inverter essa ordem pode prejudicar a investigação. Além disso, na triangulação de fontes, é fundamental que as fontes abordem a mesma questão. Se cada fonte trata de assuntos distintos, uma, por exemplo, reclama que um bairro está sem luz, enquanto a prefeitura afirma que São Paulo possui mais luzes do que Paris, a verificação perde sua eficácia. Ambas as afirmações podem ser verdadeiras, mas não se contradizem diretamente, o que torna a triangulação inadequada nesse caso. Portanto, o consenso pode ser um instrumento valioso na aproximação da realidade jornalística, desde que as regras da investigação sejam rigorosamente seguidas. Caso contrário, corre-se o risco de cair no jornalismo declaratório,

que apresenta informações desconexas e não contribui para a compreensão real dos fatos.

Larissa Soares: Em um contexto de infodemia, como fechar a conta? Redações enxutas, mas grande volume de desinformação, mão de obra desvalorizada, não obrigatoriedade do diploma de jornalista.

Liriam Sponholz: No início dos anos 2000, eu e meus colegas discutimos intensamente o papel do jornalismo, especialmente em relação à prática de reescrever *releases*. A crítica era comum: até 2010, a percepção predominante era de que o jornalismo se limitava a essa atividade, resultando em redações cada vez mais enxutas. Eu me lembro de que havia um sentimento de frustração em relação a isso, já que as redações estavam sendo gradualmente reduzidas, enquanto a qualidade e a profundidade das coberturas jornalísticas eram comprometidas. A partir de 2010, com a ascensão das mídias sociais, esse cenário começou a mudar (mas não por causa do jornalismo). Embora as mídias sociais já existissem desde a metade de 2006, foi a partir de 2010 que realmente se tornaram populares e alteraram o panorama da comunicação. Nesse contexto, discutimos o fenômeno da desintermediação, que significa que as mídias tradicionais deixaram de ser as únicas responsáveis pela mediação da realidade. Hoje, qualquer pessoa, sem formação em jornalismo, pode compartilhar informações e relatos por meio de vídeos gravados por conta própria e disseminados em redes sociais, e isso também pode representar uma forma válida de mediação da realidade. Entretanto, a desintermediação traz tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, observamos um aumento do volume de desinformação, uma vez que qualquer conteúdo pode ser viralizado, independentemente de sua veracidade. Por outro lado, as mídias sociais abrem espaço para a discussão de pautas que antes eram completamente negligenciadas pelos meios tradicionais, diversificando as vozes e temas disponíveis na esfera pública. O sistema midiático se tornou híbrido, envolvendo tanto

mídias tradicionais quanto novas plataformas, o que aumenta a complexidade da prática jornalística contemporânea.

No entanto, a questão da visibilidade desses conteúdos é crucial; mesmo que novas pautas sejam levantadas, existe o risco de que muitas delas não alcancem um público significativo. Além disso, o cenário atual do jornalismo enfrenta outros desafios, como a desvalorização da mão de obra jornalística e a não obrigatoriedade do diploma de jornalista. Essas questões geram importantes reflexões sobre a formação e a ética na profissão. Por fim, gostaria de abordar a questão da objetividade. Em várias discussões, sempre enfatizei que a verdadeira obrigação do jornalista não é simplesmente apresentar diferentes pontos de vista, mas sim buscar a verdade por meio da confrontação com a realidade extramidiática. Se uma pessoa afirma que está chovendo enquanto outra diz que não, o papel do jornalista é verificar a situação real – olhar pela janela, em vez de apenas relatar as duas narrativas. Essa abordagem crítica à objetividade é, para mim, central no exercício ético e responsável do jornalismo, pois implica que a verdade deve ser buscada independentemente de quem a apresenta.

Larissa Soares: Se para o jornalismo o cenário é sombrio e complexo, como fica o cenário para a população? O jornalismo vai conseguir responder às necessidades da sociedade em termos de uma informação verdadeira?

Liriam Sponholz: Essa pergunta é bem complexa, né? Ainda que o jornalismo seja fundamentado em princípios éticos e mantenha rigor metodológico, ele pode, ocasionalmente, disseminar notícias falsas devido a diversos fatores. Ainda assim, mesmo sem reivindicar a posse exclusiva da verdade, o jornalismo permanece como a melhor fonte de informação disponível atualmente. A desvalorização e a desintermediação do jornalismo são temas recorrentes nas discussões contemporâneas. Essa abordagem apresenta uma dualidade, pois o formato jornalístico confere credibilidade às informações. Ele é frequentemente imitado por veículos de desinformação. A adoção de formatos jornalísticos pelas chamadas

“mídias alternativas” para que estas disseminem desinformação evidenciando que o jornalismo ainda exerce influência significativa. Se o jornalismo estivesse completamente superado, tais imitações não teriam o mesmo impacto. Além disso, os programas de combate à desinformação geralmente orientam o público a consultar fontes jornalísticas, reforçando a relevância contínua do jornalismo no cenário atual. É evidente que o jornalismo deixou de ser o único mediador da realidade. Diante dessa mudança, é imperativo que o jornalismo reconheça essa nova dinâmica e se adapte para manter sua relevância e eficácia na era da informação contemporânea.

Larissa Soares: No texto “Autoritarismo e mobilização on-line: Polarização, Radicalização, Normalização” são abordadas algumas características de como a comunicação é utilizada como ferramenta para entender diferentes aspectos do cenário político brasileiro. Dentro do texto, Cas Mudde alerta que “o maior perigo para a democracia não é a ultradireita, e sim a direita *mainstream* porque é ela que decide se a ultradireita chega ao poder ou não”. Como você avalia o papel da direita *mainstream* na atualidade em relação à estabilidade e à saúde da democracia liberal? E, em sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pela democracia liberal atualmente?

Liriam Sponholz: Cas Mudde destaca dois processos centrais na dinâmica política contemporânea: o *mainstreaming* e a “normalização”. No primeiro, ocorre a inserção de extremistas no cenário político tradicional, como quando representantes da extrema direita passam a ocupar cargos como deputados ou governadores. Esse fenômeno não é necessariamente uma falha da mídia, mas uma consequência da inclusão dessas figuras no espaço político central. O segundo processo, a normalização, envolve a adoção ou aceitação de posturas anteriormente consideradas extremas por figuras ou instituições que antes representavam o *mainstream*. Isso resulta na incorporação de ideias radicais na agenda política tradicional, evidenciada quando políticos de centro passam a adotar discursos ou práticas da extrema direita, o que aumenta a aceitação dessas

ideias na sociedade. A extrema direita, por si só, não possui capital político suficiente para alcançar o poder, mantendo-se restrita a uma base de apoio minoritária. Quando a direita *mainstream*, ou conservadora, forma alianças com a extrema direita, ocorre a legitimação e normalização de ideias e atores extremos, trazendo-os para o centro do debate político e facilitando sua ascensão ao poder.

Esse processo foi observado em casos históricos, como a ascensão de Hitler e em governos contemporâneos na Europa, como na Áustria. Um exemplo da normalização de ideias da extrema direita no nosso país é a diminuição da importância atribuída a um evento histórico como a comemoração do fim do golpe militar de 1964. Quando políticos de esquerda ou centro evitam participar dessas celebrações, eles contribuem para a normalização das posturas da extrema direita.

Voltando para o jornalismo: É por isso que não se pode reportar sobre discurso de ódio de maneira imparcial. Tem coisas que não se reportam imparcialmente, como um assassinato ou um feminicídio. Se você reportar imparcialmente sobre certas questões, você vai normalizá-las. Legitimá-las e normalizá-las.

Entrevista | Antônio Fausto Neto

SOCIEDADE, MIDIATIZAÇÃO E JORNALISMO

“A midiatização, como fenômeno da produção e circulação de mensagens, constantemente oferece novas fontes e indícios, permitindo aos pesquisadores uma análise e interpretação contínuas”

**Por Fernanda Barreto,
Fabiana Siqueira, George Diniz
e Kellyanne Carvalho**

O professor Antônio Fausto Neto é conhecido por suas pesquisas desenvolvidas nos âmbitos dos campos sociais, especialmente, no campo jornalístico, realizadas ao longo de várias décadas, estudando acontecimentos complexos como mortes, cassação, eleição de presidentes, além de outras figuras olímpicas; surgimento e disseminação da aids e do coronavírus, além de pesquisas sobre o funcionamento de práticas jornalísticas nos cenários das 'Sociedade dos Meios' e da 'Sociedade em Mídia-tização. Seus estudos têm contribuído para o avanço da pesquisa e da formação de recursos humanos no âmbito da comunicação e, do jornalismo, além de reflexões sobre o funcionamento de discursos sociais ao longo de várias décadas, muitos dos quais publicados em vastas obras que pode ser consultadas em arquivos universitários, das agências de pesquisas e no mercado editorial.

A produção acadêmica do Professor Fausto reflete os anos dedicados a pesquisa no âmbito da comunicação midiática, através de 150 artigos completos publicados em periódicos, e apresentados em eventos científicos, bem como na forma de capítulos de livros acadêmicos, publicados nos mercados editoriais brasileiros e do exterior, cujos originais foram apresentados em congressos científicos. O autor recebeu vários prêmios, como o Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação na categoria "Maturidade Acadêmica" em 2015, concedido pela Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), além de professor honoris causa concedido pela UFPB.

Desenvolveu sua carreira de professor e pesquisador em vários ambientes acadêmicos: Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade de Brasília; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Vale do Rio do Sinos, e como professor visitante, em instituições na América do Sul e Europa. É pesquisador 1A do CNPq; co-fundador da COMPOS; da ABEPEC e do CISECO; Representante de área de Comunicação ao CNPq, colaborador da Capes, e de fundações de pesquisas, como a Fapergs, Rio Grande do Sul, com pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e atualmente, Professor Visitante da UFP, junto ao seu programa de pós graduação em jornalismo.

Na palestra apresentada no âmbito do curso de ética do jornalismo, ofertado pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, desenvolveu reflexões profundas sobre a relações entre jornalismo e a sociedade midiatização e jornalismo. destacou a importância de novos formatos de interlocução envolvendo o jornalismo e o funcionamento de vários campos sociais, cujas práticas são permeadas por fundamentos e operações jornalísticas.

Destacou a relevância do tema para a formação do jornalismo, destacando a importância de problemáticas que envolvem a sociedade em midiatização e o jornalismo, cujos fundamentos e práticas conectam segundo operações e práticas se conectam e dialogam segundo dinâmicas complexas e desafiadoras. Destacou aspectos históricos sobre estas relações, lembrando que os estudos de comunicação no Brasil começaram focando principalmente no Jornalismo, influenciados por modelos e teorias importadas dos Estados Unidos e da Europa. Lembrou que a “teoria dos efeitos limitados” se constituiu numa referência de estudos iniciais da área, através de abordagens distintas, tanto psicológicas como sociológicas, oferecendo possibilidades de se pensar na problemática da mediação entre campos sociais, segundo práticas de mediação s entre os indivíduos e os meios de comunicação de massa” para tanto dialogou com autores clássicos que trabalharam esta literatura, bem como os estudos seminais (Hohlfeldt; Martino;

França, 2001 p. 127 e 128). Lembrou também as condições através das quais a teoria das agendas 'desembarcou na literatura comunicacional do Brasil, destacando o pioneirismo da obra de autores como Wolf (1987), na disseminação desta vertente teórica. Ambas as teorias mencionadas moldaram a formação dos jornalistas nos momentos iniciais nos quais os estudos de comunicação e de jornalismo, foram fortemente influenciados pela vertente da ação social e do funcionalismo. A formação acadêmica em Jornalismo no Brasil, segundo Fausto Neto, passou por várias fases. Inicialmente, por obras e manuais de redação importados, especialmente dos Estados Unidos, disseminados amplamente nas universidades brasileiras. Esses materiais não só guiaram a formação dos jornalistas, mas também fundamentaram as primeiras produções de pesquisa na área, principalmente, no eixo Rio-São Paulo.

O professor lembra que a comunicação e o jornalismo foram objeto de outras matrizes e fundamentos teóricos, graças a vários fatores, como formação de professores, em diferentes centros de estudo e segundo orientações distintas, em termos geoacadêmicos, europeus, latino americanos, como foi o caso do Ciespal. Tal circunstâncias possibilitaram 'desembarque' no Brasil de várias matrizes de estudo, no contexto de suas escolas de jornalismo e de comunicação, aspecto que foi posteriormente, aprofundado com a criação no próprio país, de programa e pós graduação e outras atividades que incrementaram condições para o aprofundamento dos processos formativos em pesquisa e, na produção científica da área. O Brasil, sem prejuízo de suas atividades de intercâmbio científico com outros países, criou condições para se constituir em um centro de formação de professores e de pesquisadores, equipados com vários modelos de orientação em pesquisa. O avanço das tecnologias e das práticas sociotécnicas, contribuíram para o avanço do `` aparelho conceitual `` da área de comunicação e de jornalismo. E nestas condições, os estudos sobre a midiatização avançam de modo seminal, nos ambientes de estudos de comunicação e, também jornalísticos. A midiatização, para Fausto Neto, não deve ser vista apenas como um fenômeno de momento, mas como

resultado de profundas transformações técnicas-culturais na sociedade capitalista e industrial. Ele ressalta que a midiatização está intrinsecamente ligada às mudanças sociotécnicas, que contribuem para a melhoria da pesquisa sobre fenômenos e práticas comunicacionais envolvendo, desde passado mais recente, a globalização e, na atualidade, efeitos da revolução tecno -digital sobre práticas sociais, inclusive jornalísticas. O próprio Antônio Fausto Neto examina o conceito de midiatização, através do estudo de vários fenômenos que se manifestam na ambiência sociotécnica-comunicacional brasileira, mediante pesquisas cujos objetos são práticas e manifestações jornalísticas, que se desenrolam ao longo de algumas décadas, cujas referências podem ser identificadas em sua biografia acadêmica. Destacamos seus estudos de estratégias que envolvem atores sociais no contexto de práticas de mídias na ambiência da midiatização em processo. Destacamos , particularmente trabalhos que envolvem a midiatização de acontecimentos jornalísticos , como campanhas eleitorais via mídias; acontecimentos complexos, como impeachment de presidentes; as transformações da recepção provocadas pela emergência do novo perfil de leitores das mídias ; a conversão de leitores em operadores das práticas jornalísticas, constituindo-se em novos agentes de produção da informação, são alguns temas sobre os quais o prof., Antonio Fausto Neto se debruça ao longo dos anos de pesquisa apoiados por agências nacionais ou por atividades de intercâmbio com outros centros de estudos internacionais. Trata-se de um `giro na pesquisa `através do qual o autor se volta também para ´ estudar o corpo como uma instância de produção de sentidos, como é o caso do `corpo dos olímpicos - personagens do mundo das mídias que vão se transformando intensamente, em objeto de estudos acadêmicos, como é o caso do corpo dos atores vinculados às práticas e imaginários em várias dimensões: política, religião, esporte, cultura, religião, etc. Bons exemplos ilustrativos sobre este objeto – o corpo dos olímpicos - em torno do qual a pesquisa se debruça, podem ser lembrados, como as mortes de Tancredo Neves, de Cazuza; a enfermidade do presidente Lula, o impeachment de atores políticos; a

morte do Papa e de Cazusa, e eventos examinados pelas práticas jornalísticas, que deles se ocupam também a pesquisa jornalística, elegendo-os como novos objetos e assim, levando adiante, a natureza de sua investigação. Sobre o que ler hoje? **Fausto Neto:** Minha resposta parte de uma experiência pessoal, quando somos instados a estudar coisas aparentemente, `sem sentidos`. Mas que incomodam nossa sensibilidade ao ser provocada a construir respostas sobre algo, que despontam no sonho, sem sentido... Ou no subtexto de um jornal televisivo. Foi assim que a covid despontou para nós. Um breve comentário de um pesquisador em saúde, feito em um laboratório nos Estados Unidos, ao examinar os primeiros passos do vírus da covid, disse para um jornalista: “nosso trabalho de primeiras pesquisas está concluído. De agora em diante, o vírus trabalha lá fora ... Dele se ocupariam atores de vários sistemas sociais, elegendo-o como objeto de suas inquietações e objetivos de pesquisa. Elegi a covid como meu caso, por alguns anos de estudo. Vendo o cenário, observo que a maior parte das análises acadêmicas sobre esse objeto se concentra em discursos formais, engajados ou políticos, geralmente vinculados a instituições e suas comunicações intermediárias. Em contraste, optei por explorar outro campo: iniciei uma correspondência com aproximadamente duas centenas de pessoas, cujos textos sobre literatura de cordel que abordam a pandemia.

Minha abordagem não se limita a reproduzir o discurso convencional que enaltece o cordel como uma literatura heroica e resistente. Busquei compreender como esses textos constroem discurso (de várias naturezas), contexto da Covid-19. Meu objetivo foi mapear como os folhetos de cordel refletem a experiência da pandemia, por meio de uma perspectiva analítica e interpretativa, do seu `mundo leitor` mostrando como eles se tornam atores de uma reflexão coletiva, possivelmente, *sui generis*, como sobre viver em tempos de crise.

Essa pesquisa está sendo profundamente enriquecedora, sobretudo pelo diálogo com a obra do antropólogo Roger Chartier¹, especialmente seu livro *Inscriver e Apagar*. Chartier explora temas como o esquecimento e a revigoração de narrativas por meio do imaginário, que encontra forma no texto escrito. Essa perspectiva foi central para compreender como comunidades que utilizam o cordel para exteriorizar pensamentos e sentimentos em meio a conflitos simbólicos e culturais.

Gostaria de destacar a importância das interfaces na pesquisa em comunicação. Cada vez mais, o trabalho investigativo se estrutura a partir dessas interfaces, que não são definidas *a priori*, mas emergem da relação que envolve a sensibilidade do autor da pesquisa com o próprio material estudado. Ela nos oferece pistas e chaves interpretativas, criando inteligibilidades e tensionando os significados.

Quanto à questão específica sobre os clássicos do Jornalismo brasileiro, confesso que tenho dificuldades em apontar uma lista definitiva. Cada escolha exigiria uma justificativa muito específica em função dos trajetos individuais dos atores e suas obras. Prefiro, assim, destacar a riqueza multifacetada da produção jornalística brasileira, que é marcada por articulações de diferentes pontos de vista e pelo diálogo entre elaborações complementares e provocativas.

George Diniz: A inteligência artificial, como será que impacta na prática do Jornalismo?

Fausto Neto: Tenho bastante cautela em abordar esse tema, mas acredito que há uma hipótese que nos convida a enfrentar essa questão. Se partirmos da ideia de que os modelos analíticos e organizacionais da sociedade, ao lidarem com a inteligência artificial,

1 Antropólogo e historiador francês, conhecido por suas contribuições à história cultural e à história do livro.

geram tanto alianças quanto resistências, conseguimos avançar na compreensão desse fenômeno.

Por exemplo, ainda falta um debate amplo e explícito, especialmente na área de comunicação, que envolva especialistas de várias áreas. Esses profissionais, muitas vezes, permanecem em silêncio, talvez por reconhecerem a complexidade e os riscos inerentes a esse território. É um tema que, infelizmente, tem sido explorado na esfera pública de forma superficial, sustentado por chavões que carecem de aprofundamento.

Essa lacuna precisa ser preenchida nas universidades, mas para isso é necessário criar coletivos interdisciplinares que nos ajudem a estudar o tema. Quem está liderando essas discussões? Precisamos de especialistas que estejam abertos a interfaces, ou seja, ao diálogo entre áreas, para evitar reproduzir conceitos isolados ou puramente extraídos de obras que não estão sendo efetivamente questionadas em seus fundamentos.

É fundamental que a comunicação, enquanto campo de estudo, se cerque dessas interfaces. Nossos laboratórios, cursos e pesquisas precisam se abrir para essa convivência interrogativa. Devemos aprender com cientistas de áreas analíticas, que abordam o conceito de inteligência artificial de maneira cuidadosa e reflexiva.

Fernanda Barreto: Em uma era de abundância de informação digital, como é que a gente pode fazer isso? Como podemos ajudar os futuros jornalistas a entenderem que as redes sociais estão redefinindo o conceito de espaço público e debate democrático?

Fausto Neto: Minha resposta é um *insight* que busca compreender o que está sendo formulado e propor uma hipótese de caminho. A questão levantada exige uma revisão problematizadora e analítica dos conceitos envolvidos, como “redes sociais” e “espaço público”. Se não debatemos profundamente esses conceitos, corremos o risco de adotar um modelo automatizado de interpretação, que não oferece a inteligibilidade necessária para fenômenos tão complexos.

Essa reflexão é essencial porque nossas pesquisas frequentemente carecem de bases explicativas sólidas para lidar com questões emergentes. Sem isso, acabamos nos limitando a análises superficiais, girando em círculos interpretativos que não se aprofundam no significado dos fenômenos. Esse problema já foi vivido em momentos anteriores, ao debatermos teorias várias. Precisamos dar mais tempo aos objetos que emergem com suas perguntas...O caminho para superar isso é adotar uma postura reflexiva, cuidadosa e de com abertura para a interlocução entre diferentes áreas de conhecimento. Apesar de o ambiente acadêmico ser, em teoria, interdisciplinar, essa interdisciplinaridade só se concretiza quando há um protocolo denso que sustente discussões significativas. Sem isso, o debate perde sua eficácia.

Assim, é urgente repotencializar os cursos que se dedicam a trabalhar com conceitos emergentes. Precisamos abordar esses temas com rigor, evitando uma abordagem superficial e automatizante. É esse esforço que certamente pode guiar a formação dos futuros jornalistas, na era digital.

George Diniz: Ante esta relação entre sociedade e midiaticização que o senhor trouxe nessa palestra de hoje, há alguma noção que, para o senhor, reflete um excelente sistema de mídia, podendo servir de exemplo ao Brasil?

Fausto Neto: A dificuldade em responder a essa pergunta decorre do fato de que a midiaticização não pode ser entendida como um 'objeto acabado' Trata-se de um objeto complexo, compreendido segundo como um conjunto de interfaces problemáticas, cujas lógicas — seja das práticas ou dos atores envolvidos — estão frequentemente em tensão, e, não em convergência.

Para entender a midiaticização como um fenômeno em constante transformação, é necessário reconhecer algumas hipóteses que orientam sua dinâmica. Um conceito central aqui é o de diferença, que envolve a questão da circulação. Diferentemente de uma mera transmissão linear, a circulação é uma dinâmica que articula

lógicas e operações distintas entre produção e recepção. Não se trata de uma fusão, mas de um processo no qual a comunicação emerge das diferenças e tensões entre os atores envolvidos.

Gregory Bateson² ilustra essa ideia ao descrever um professor escrevendo com giz na lousa. Quando o giz se quebra, o ponto de interrupção não é visto como um obstáculo, mas como uma marca que permite continuar o trajeto a partir de uma nova perspectiva. Esse exemplo didático mostra que os trajetos de comunicação não são estáveis; são permeados por pontos de instabilidade que geram novas significações. A diferença, portanto, é o que sustenta a comunicação como dinâmica viva e não como uma tentativa de fusão de sentidos.

É nesse contexto que autores como Paulo Freire³ se tornam relevantes. Embora sua obra apresente uma visão filosófica sobre comunicação e compartilhamento, a questão da diferença como base da interação comunicacional é um ponto que poderia ser mais explorado. Freire sugere que a comunicação emerge do diálogo entre atores que partem de realidades distintas, e essa ideia é essencial para compreender a midiatização como um processo de articulação entre diferentes perspectivas.

Outros autores, como Edgar Morin⁴ e Humberto Maturana⁵, Eliseo Veron também contribuem para essa visão. Morin, com sua abordagem complexa, Maturana, com obras como *Tudo é Dito por um Observador*, Veron, refletindo sobre a 'produção de sentido mostra como o entendimento das tensões e das diferenças é fundamental para avançar em uma teoria da comunicação que respeite a

2 Antropólogo, linguista, ciberneticista e pensador interdisciplinar britânico. Sua obra é marcada pela análise das interações humanas e dos processos comunicativos sob uma perspectiva sistêmica.

3 Educador e filósofo. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

4 Sociólogo, pesquisador emérito do Centre National de La Recherche Scientifique.

5 Neurobiólogo, crítico do realismo matemático e criador da teoria da autopoiese e da biologia do conhecer.

diversidade de práticas e as particularidades dos lugares de falas dos atores envolvidos.

Portanto, não se trata de buscar um sistema ideal de mídia, mas de compreender a midiaticização como um processo em constante movimento, moldado por tensões, diferenças e possibilidades de interação que respeitem essas características.

Fernanda Barreto: Boa estratégia para remontar a episteme comunicacional para avançar numa teoria atualizada do Jornalismo, mas isso não teria que passar pelo sócio técnico, as redes sociais e o ecológico, as *fakes news*?

Fausto Neto: Sem dúvida, as interfaces fazem parte de qualquer programa de estudo, e as prioridades de observação e fundamentação analítica devem ser definidas pelos objetivos daqueles que se propõem a navegar por essas questões.

Um exemplo relevante é a obra de Bruno Latour⁶. Muitos de seus textos, especialmente anotações informais ou reflexões menos conhecidas, não circulam amplamente, muitas vezes porque não interessam às escolas que já formalizaram determinados debates. Esse fenômeno ilustra como certos autores e ideias podem ser negligenciados, mesmo quando oferecem perspectivas valiosas para compreender fenômenos contemporâneos, como as redes sociais e as *fakes news*.

Além disso, é importante destacar a contribuição de metodologias inovadoras, como o método tentativo proposto por José Luiz Braga⁷. Esse método incentiva uma abordagem exploratória e aberta, essencial para lidar com fenômenos complexos e em constante evolução. Ao adotar essa perspectiva, torna-se possível integrar dimensões sócio-técnicas, ecológicas e comunicacionais,

6 Antropólogo, sociólogo, filósofo. Um dos fundadores dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT).

7 Professor e pesquisador brasileiro reconhecido por suas contribuições à área da Comunicação, especialmente no campo da mediação e da midiaticização.

oferecendo uma base mais sólida para teorias atualizadas do Jornalismo.

George Diniz: Como a transformação dos fluxos comunicacionais na era digital influenciou a autonomia dos jornalistas e a capacidade das redações em montar padrões éticos, especialmente diante da pressão das plataformas e do imediatismo da informação?

Fausto Neto: Essa é uma questão com muitos fatores envolvidos. Não tenho uma resposta simples, mas posso dar uma sugestão. O trabalho dos jornalistas está muito relacionado a uma base psicológica, que envolve uma certa teoria da vaidade – a vaidade em torno da profissão e da ideia de realizá-la de maneira adequada. Portanto, acredito que, para entender melhor a questão da autonomia dos jornalistas, é necessário desenvolver algumas hipóteses e respostas possíveis.. Afinal, o que significa autonomia do jornalista? Autonomia de quê? De escrever? De pensar? De criar formatos de interação? É um processo que vai além de simplesmente escrever notícias, deslocando-se para uma posição de reflexão sobre sua própria prática.

Um exemplo que gosto muito é o artigo que escrevi sobre a doença de Paulo Sant’Ana⁸. Ele fez uma reflexão interessante sobre esse deslocamento, ao sair de sua coluna habitual para se expressar em uma pluralidade de mídias. Ele escrevia sobre sua doença, mas o que ele escreveu é fascinante, pois preservava sua autoralidade e reflexividade sobre a profissão. Ele mostrou que a produção de sentidos no jornalismo exige muito trabalho e criatividade. Esse é o cerne da prática jornalística – não apenas relatar, mas criar e refletir critica- reflexivamente sobre o que se escreve.

Fernanda Barreto: Considerando a fala sobre a exteriorização de técnicas, que novas técnicas a midiaticização exigem dos

8 Renomado jornalista e cronista brasileiro, amplamente reconhecido por sua escrita reflexiva e crítica. Trabalhou por muitos anos no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e foi um dos mais importantes nomes do jornalismo gaúcho.

profissionais da comunicação e do Jornalismo para o exercício contemporâneo do nosso ofício?

Fausto Neto: A midiatização pode ser compreendida como um processo pelo qual se exteriorizam imaginários, o que, por si só, já apresenta desafios. O imaginário, ao ser exteriorizado, não se configura como um discurso propriamente dito. Quando fazemos referência ao imaginário, seja por meio de uma menção, comentário ou atribuição de status científico, estamos utilizando a linguagem (como técnica) para exteriorizar algo que emerge de uma camada interna da nossa existência, que ganha um espaço público e se torna passível de compartilhamento. Dessa forma, o imaginário assume essa característica.

Quando refletimos sobre essa questão, percebo que não há respostas definitivas vindas de disciplinas específicas, pois essas respostas estão sendo constantemente formuladas por meio de exercícios analíticos, leituras de fenômenos sociais e discursivos, além de obras nas quais o pesquisador, com base em determinadas hipóteses, realiza aproximações, fórmula ilações e compartilha *insights* para o debate público. Não foi nesse sentido que falei da midiatização. A midiatização, enquanto fenômeno ligado à produção e circulação de mensagens, articulação, etc., oferece, a cada dia, novas fontes e pistas que são analisadas pelos pesquisadores, permitindo uma contínua interpretação dessas mensagens. Nesse contexto, surge o desafio da escolha do leitor, das prioridades que ele adota em sua pesquisa e como determinado tema pode despertar seu interesse, especialmente quando o leitor é focado em questões específicas.

Portanto, a midiatização não se limita a um fenômeno de interesse exclusivo dos profissionais da comunicação ou do jornalismo. Trata-se de um fenômeno de igual importância para outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a psicologia e a filosofia. Diversos estudiosos dessas disciplinas têm feito contribuições significativas sobre a midiatização, como o recente trabalho do psicanalista italiano Contardo Calligaris que, em seu livro *O Sentido da*

Vida, propõe uma reflexão sobre a experiência psicanalítica e sua relação com questões existenciais, ampliando o escopo de seu olhar sobre a vida.

Assim, é necessário sermos criativos e inventivos para viver de forma mais plena e feliz, explorando novas possibilidades que possam ultrapassar fronteiras previamente estabelecidas e, ao fazer isso, nos engajar com questões emergentes que nos proporcionem prazer e satisfação.

George Diniz: Durante a sua fala, o senhor fala sobre o Jornalismo como atividade mediadora. Como essa característica da profissão se encontra diante das plataformas e seus interesses comerciais?

Fausto Neto: Esse é um excelente tema para uma pesquisa acadêmica. Ao descrever como o Jornalismo se configura enquanto atividade mediadora e como se apresenta diante das redes sociais, é possível identificar diversas pistas e abordagens. Esse é um bom ponto de partida para uma monografia: o foco no “como”, no descritivo, aquilo que apura a acuidade da análise, o mapeamento, a classificação e, posteriormente, a seleção de hipóteses, com a devida atribuição de tempo para que o estudo se desenvolva e desafie nosso senso analítico e crítico. Essa abordagem prática pode ser mais útil do que certas obras que repetem de forma superficial discursos sobre as redes sociais, sem a devida observação cuidadosa dos fenômenos em questão.

Entrevista | Laerte Cerqueira

A ÉTICA NO CONTEXTO DO JORNALISMO POLÍTICO

“A luta do jornalismo profissional, seja comercial ou estatal, é garantir que o interesse público prevaleça sobre os interesses de grupos específicos que buscam manter o poder por meio da política ou da economia”

**Por Letícia Silva, Iuri Amorim
e Marluce Pereira**

Laerte José Cerqueira da Silva é doutor em Comunicação pela UFPE, e professor do Programa de Pós-Graduação (UFPB). Em 2024, tornou-se editor geral de Jornalismo da Rede Paraíba, o que soma com sua vasta trajetória como colunista de política na mesma rede. Autor do livro *A Função Pedagógica do Telejornalismo*, é Mestre em Letras pela UFPB – Universidade Federal da Paraíba; Graduado em Comunicação Social pela UFPB, com habilitação em Jornalismo. Em seu currículo, constam mais de 17 capítulos de livros publicados, artigos em periódicos, apresentação de trabalhos, entre outras produções acadêmicas. Além disso, é também comentarista político da TV Cabo Branco e da CBN, colocando em pauta vários debates do interesse público dentro do contexto da Paraíba.

Nesta entrevista, Laerte defende que o jornalismo político tem sido um dos principais moldadores do debate público acerca de diversas questões que, por sua vez direcionam a opinião e visão de mundo de muitas pessoas. Portanto, existe uma responsabilidade em torno do jornalista quando tratar da política como causador de mudança, não só nos períodos eleitorais, mas também numa abordagem geral de uma população. Para tal fato, existem inúmeras discussões, algumas entram mais em pauta que outras pelo advento da modernidade, como o exemplo do engajamento digital; informação e desinformação; os filtros que moldam o interesse do público; integridade da informação e o impacto da audiência. O que todos esses debates têm em comum é que perpassam pela mesma questão: A ética. Não há qualidade na informação sem que a ética esteja

presente como um fator preponderante, pois ela deriva de uma concepção de “como se comporta o povo, a coletividade”. A ética entra em confronto com questões preponderante, como o exemplo da parcialidade ou da moderação nos debates públicos, o que por si só já ilustra sua preponderância como causa final de inúmeras questões do jornalismo.

Letícia Silva: Por que as possibilidades de desvios éticos estão mais afloradas no jornalismo político?

Laerte Cerqueira: Essa é uma pergunta que nos conduz. Porque alguém pode dizer: “Mas em qualquer atividade do jornalismo ou especialidade as questões éticas são muito fortes”. E eu não discordo, eu acho que em qualquer discussão em que a gente precisa fazer um enquadramento, um recorte, para a construção de uma realidade, vamos nos deparar com questões éticas morais e com a própria deontologia da atividade jornalística. Não tenho dúvida disso. Mas por que é que eu entendo que o jornalismo político faz aflorar, potencializa as possibilidades dos desvios éticos ou até nos coloca diante da necessidade de sermos mais responsáveis pela informação? Por conta não só da ética naquele sentido abstrato que falou, por exemplo, Elias Machado na palestra passada, um sentido abstrato filosófico, mas como essa atividade, essas questões nos colocam diante de questões morais, moral prática, trazendo aí a discussão também de Elias e a questão da deontologia.

Iuri Amorim: Existe um compromisso com o social no jornalismo, mesmo em um contexto de pressões políticas e econômicas? Como é possível resistir a essas pressões?

Laerte Cerqueira: A luta, obviamente, do jornalismo profissional é fazer com que se sobreponha, mesmo no jornalismo comercial e até no jornalismo estatal, o interesse público em detrimento do interesse dos grupos específicos que têm por trás um objetivo de manutenção de poder por meio da política ou interesse econômico. A gente vive diariamente quando ouvimos as fontes, quando a gente vai decidir o que é pauta, quando fazemos o enquadramento,

porque por trás, por exemplo, da nossa busca por informação no jornalismo político estão as fontes.

Leticia Silva: O senhor pode dar um exemplo de como o jornalismo político pode ser usado, mesmo que involuntariamente, como instrumento para a desinformação?

Laerte Cerqueira: Eu costumo dizer que fonte é igual almoço, não tem de graça, não tem janta de graça, ninguém dá uma informação gratuitamente porque a informação do jornalismo político é poder, é influência, é de alguma forma atingir alguém para ajudar ou para prejudicar, e a gente precisa ficar atento para não ser esse instrumento aleatório, alheio de derrubar ou de potencializar um agente público ou explorar as suas qualidades, eu não falo explorar, mas eu falo potencializar mesmo, colocar mais tinta nessa ação do agente público. Nos últimos anos, no Brasil, vimos muito isso. Não vou citar aqui, mas a gente viu muito isso. O jornalismo político sendo usado, literalmente, de maneira ingênua ou não, ou de maneira involuntária ou não, ou de maneira proposital sendo usado por fontes.

Iuri Amorim: Como o senhor vê o papel do jornalista em meio à grande quantidade de informações e desinformações que circulam na rede?

Laerte Cerqueira: A quantidade de informação que circula na rede e a gente precisa, como jornalista profissional, e no meu caso, em uma empresa comercial, fazer filtros, e, fora isso, a quantidade de desinformação que circula e que a gente tem uma obrigação, e aí me vejo nessa obrigação, de curador das informações que circulam. Tudo isso nos coloca diante de questões éticas, da atividade. O cenário novo de tecnologia de informação e comunicação, em que todos nós produzimos conteúdo, qualquer cidadão produz conteúdo, faz com que a gente se veja diante de muitos dilemas todos os dias. E, principalmente, dilemas relacionados às questões políticas, porque estão relacionadas às questões diretas do poder e de interesses econômicos.

Letícia Silva: Quais são os principais dilemas éticos que o senhor enfrenta no dia a dia da redação ao trabalhar com jornalismo político?

Laerte Cerqueira: É incrível que, quando eu fiquei pensando como eu poderia colaborar com essa discussão aqui, da ética do jornalismo no jornalismo político, me vieram à cabeça, sem dúvida, discussões que eu tenho todos os dias. É incrível como a redação nos coloca diante desses dilemas. E não só aqueles já consolidados, que são marcados pelas pressões políticas, econômicas, por conta da influência dos poderosos, mas questões que surgem hoje de maneira muito forte, relacionadas ao fluxo informacional.

Iuri Amorim: O senhor é editor geral de jornalismo da Rede Paraíba, colunista, trabalha com política há anos, como o senhor avalia o impacto da audiência na produção de conteúdo jornalístico, especialmente em veículos comerciais e públicos no Brasil?

Laerte Cerqueira: Sempre há uma questão de audiência. Estamos falando de empresas comerciais, né? No Brasil, o nosso modelo de mídia é o modelo comercial. E também temos o modelo público que é muito ligado ao poder, ou seja, não temos o modelo de mídia público, que é público, literalmente, ele é governamental. Então, assim, no dia que a gente tiver, de fato, o modelo de mídia público com um conselho de representantes da sociedade civil, de governos, mas que, de fato, a decisão esteja ligada a esse grupo, aí a gente vai pensar e discutir que, de fato, temos um veículo público, mas eu vejo que a gente tem veículos governamentais.

Letícia Silva: Ainda neste contexto de audiência, que impacta diretamente com a produção de conteúdo, ou seja, com “o que entra no ar”, qual é o papel das assessorias de imprensa na construção da imagem dos políticos e como isso afeta a ética no jornalismo político?

Laerte Cerqueira: É bom lembrar que, quando a gente fala de jornalismo político **e da questão ética que é potencializada**, a gente está falando também da construção dos jogos de cena, da

ação política governamental para tentar modificar o entendimento. **De entendimento da sociedade sobre determinado tema.** De fato, a atividade jornalística é usada como instrumento para isso, seja porque é paga para que isso ocorra, seja porque se entende que é preciso que haja uma espécie de campanha no processo de fortalecimento de uma ideia. Eu quero abrir um outro parêntese para lembrar que é muito forte hoje o trabalho das assessorias dos políticos, e sem nenhum demérito, são importantes, obviamente, porque é uma tentativa do assessor de imprensa ou do jornalista que trabalha como assessor de mostrar, de revelar como o agente público, o agente da política, está utilizando a sua atividade ou está atuando para o bem comum. Eu acho isso fundamental, mas por trás dessa produção jornalística da assessoria tem os jogos de cena, as construções que são feitas para, de alguma forma, criar uma realidade ou construir uma realidade que muitas vezes não existe.

Iuri Amorim: Como o senhor vê o papel do jornalismo em evitar a reprodução de “jogos de cena” criados por políticos e assessorias, e como isso se relaciona com a desinformação?

Laerte Cerqueira: O que o jornalismo precisa fazer é, de fato, questionar sempre a construção dessa imagem. Porque se não, só vamos reproduzir esses jogos de cena, que são construídos a partir de uma tentativa de criar uma realidade paralela àquela que é real, aquela que o jornalismo vai tentar desvendar ou apresentar por meio de notícia, interpretação, opinião, por meio de construção da desinformação. E eu ressalto essa construção da desinformação porque hoje agentes públicos, inclusive da atividade jornalística, se utilizam, não vou falar só da estética, mas da linguagem jornalística para gerar uma desinformação.

Letícia Silva: Outro ponto que queremos abordar é sobre os perigos da superficialidade gerada pelo jornalismo ao vivo e a pressão por instantaneidade. Pode falar mais sobre isso?

Laerte Cerqueira: No final das contas, a gente vive hoje essa discussão na construção de qualquer notícia, qualquer opinião, de

qualquer interpretação. A partir do momento que você tem um entendimento ou argumentos que nos levem para um lado, você é taxado de “esquerdopata” ou você é taxado de “bolsomion”. Isso eu ouço todos os dias na CBN, justamente porque, no processo de construção, acaba tendo entendimentos que podem divergir dessa audiência que tem a capacidade hoje de interferir o tempo inteiro na construção, eles interferem nesse processo a partir do momento que geram inclusive dúvidas no processo de construção quando é ao vivo, principalmente, eu sofro isso na CBN, porque a gente hoje faz um jornalismo muito mais ao vivo e é importante que seja, mas acho que a gente tem um... E aí, falando estruturalmente do processo, a cobrança de fazer esse jornalismo ao vivo acaba gerando um problema de contextualização dos processos, de contextualização da realidade, de recorte e ampliação da pluralidade, e isso acaba gerando, no meu ponto de vista, a “superficialização” do debate. Então, é uma discussão que a gente precisa ter, porque se estamos falando de questões que são profundas, não dá para resumir essas questões num ao vivo de dois, três minutos, então precisamos, na atividade jornalística, entender que a factualidade que é trazida muito fortemente pelas redes sociais e pela produção fácil de conteúdo por meio da internet.

Iuri Amorim: O senhor acredita que o jornalismo deve ser imparcial em todas as situações, especialmente em questões sociais, como a desigualdade ou a violência doméstica?

Laerte Cerqueira: Eu sempre falo de jornalismo político relacionado às questões sociais, que é uma discussão que eu tenho já há muito tempo, trouxe inclusive em outras aulas. Acho que a gente precisa fazer jornalismo no Brasil sempre pensando na perspectiva de que temos um país desigual, que temos um país que tem injustiças sociais, que temos um país escravocrata, que temos um país machista, que temos um país misógino, e nesse tipo de causa o jornalismo não tem que ser imparcial, não existe imparcialidade em nenhuma causa, e nessa a gente tem que ser declaradamente parcial.

Letícia Silva: Como o senhor vê o impacto das redes sociais na produção de conteúdo jornalístico, especialmente em termos de engajamento?

Laerte Cerqueira: Aqueles mais conservadores vão dizer: “Não, essa história de engajamento é de rede social”. Não adianta dizer a verdade ou ser aproximado à verdade sem que essa verdade seja ouvida, vista e falada. Vocês estão entendendo que muda o processo? E não adianta só divulgar. Certo, você vai divulgar, mas é preciso que as pessoas de fato aceitem isso, se engajem com esse propósito, porque se eles não se engajam a esse propósito, eles não vão partilhar essa ideia de que a atividade é fundamental para a sociedade.

Iuri Amorim: Mudando um pouco de assunto, mas dentro do tema, como pode haver transparência no processo de apuração no dia a dia do jornalismo político?

Laerte Cerqueira: A transparência no processo de apuração é deixar claro que, para confirmar que aquele documento existe. Falamos com a assessoria do Tribunal Superior Eleitoral, que confirmou que o documento existe, ou falamos com o desembargador tal, porque isso dá força dentro de um ambiente de desinformação tão forte que até a luta da gente por ter credibilidade vai por água abaixo quando há um equívoco.

Letícia Silva: Por fim, o senhor acredita que o jornalismo brasileiro está preparado para resistir às pressões que vêm da política e da economia, mantendo seu compromisso com o interesse público?

Laerte Cerqueira: Eu ganhei muitas guerras e batalhas dentro da discussão de que a gente precisa publicar porque tem interesse público. Mas perdi outras tantas por questões editoriais ou por questões subjetivas ou inclusive por questões de acervo de conhecimento, como eu vejo um determinado fato. Algumas vezes eu ganhei, outras vezes não. Então, não adianta dizer que só a questão editorial determina o que vai ser notícia ou não, também não

adanta dizer que é só a subjetividade do jornalista, e também não adanta dizer que é só o interesse público. É um campo eternamente em conflito, eternamente. Cada decisão, às vezes, cada palavra que você usa é um conflito.

Entrevista | Alfredo Vizeu

A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE NA ÉTICA JORNALÍSTICA

“As tecnologias não são problemas. O que interessa é para quem elas estão servindo, por quem elas estão sendo usadas e quem detém o poder sobre elas. Essa é a questão do jornalismo”.

**Por Beatriz Viana
e Antônio Fausto Neto**

Alfredo Vizeu é professor titular pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Departamento de Comunicação e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui o título de mestrado em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutorado na mesma área pela PUC-RS.

Com extensa experiência acadêmica e profissional em telejornalismo, práticas jornalísticas, teoria da comunicação e ética no jornalismo, Vizeu é uma referência nos estudos da Comunicação e reconhecido como um dos maiores pesquisadores do país na área de telejornalismo. O professor tem contribuído ativamente para a pesquisa em jornalismo, ocupando posições de destaque como Sócio-Fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e integrante da Comissão Nacional das Diretrizes Curriculares em Jornalismo.

Alfredo Vizeu ministrou a palestra intitulada “Ética, Jornalismo e Paulo Freire” em formato online no curso Ética do Jornalismo, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB. Este artigo tem origem na entrevista concedida pelo professor aos participantes após a exposição. Durante a discussão, Vizeu abordou como a pedagogia de Paulo Freire pode ser aplicada ao Jornalismo e é fundamental para um jornalismo ético e de qualidade.

Beatriz Viana: Em sua opinião como a pedagogia de Freire pode ser aplicada à análise crítica dos discursos midiáticos?

Alfredo Vizeu: A leitura de Paulo Freire era e é, para a educação e estamos fazendo apropriações de perspectivas dele para usar no jornalismo. Existem saberes que podem ser utilizados na investigação jornalística, como o rigor e a criticidade. Hoje, em tempo de redes, não vemos mais a preocupação com a contextualização das informações, temos um reinado do ao vivo. Não existe mais a reportagem que contextualiza fatos e acontecimentos, que explica o porquê do fato estar acontecendo. É tudo muito breve. Então, podemos aproveitar Freire para o jornalismo com todo cuidado, para não fazer um simples deslocamento.

Uma das formas para perceber o mundo é o jornalismo. À medida que essa forma não está contribuindo, você está percebendo menos o mundo. Toda e qualquer atividade profissional funciona porque é uma demanda social, a informação é básica para a sociedade sobreviver. O jornalismo precisa ter uma preocupação com a informação jornalística que está na sociedade, que contribui para entender o mundo.

Beatriz Viana: Os pesquisadores Eduardo Meditsch e Mariana Bittencourt Faraco, em seu artigo ‘O pensamento de Paulo Freire sobre o Jornalismo e a mídia’ publicado em 2003, apresentam o seguinte pensamento de Paulo Freire sobre o telejornalismo: “o que ainda não há, já está feito”. Considerando a presença do mundo digital em nossas vidas e a produção jornalística que ocorre em múltiplas plataformas esse significado ainda pode ser atribuído ao jornalismo?

Alfredo Vizeu: Tudo é possível nas plataformas, tudo é possível no digital. Precisamos de qualificações ainda maiores para este ambiente, devido a todas as possibilidades existentes. Em especial agora com a inteligência artificial. O que pode ser feito, pode existir agora com certeza.

Beatriz Viana: Dentro da perspectiva de Paulo Freire sobre a educação como prática de liberdade e a mídia como espaço de disseminação de informações, como você acredita que os jornalistas podem aplicar os princípios de Paulo Freire de diálogo, participação e conscientização em sua prática profissional? E quais desafios éticos surgem nesse processo, considerando o atual contexto da mídia e da sociedade?

Alfredo Vizeu: O desafio está em poder trabalhar na perspectiva da qualidade da informação, que passa pelo rigor do método do jornalismo, pela investigação e também pela postura ética do coletivo. É necessário ter um coletivo comprometido com o valor dos conteúdos, mas no sentido da apropriação do Paulo Freire a questão central é a possibilidade de mobilizar os dispositivos nas práticas do jornalismo para qualificar a informação. Isso passa pelas práticas teórico-profissionais de um curso de jornalismo, por como nos qualificamos, nos aprofundamos, utilizamos os saberes e os aplicamos.

Beatriz Viana: Como podemos aplicar o conceito de leitura do mundo no jornalismo à luz dos ensinamentos de Paulo Freire?

Alfredo Vizeu: A ideia de leitura do mundo, em que você tem a realidade e essa realidade está presente, trata-se de como você vai interpretá-la. Por exemplo, o jornalista vai cobrir determinado acontecimento, como ele vai interpretar aquela realidade? A leitura do mundo é básica para a formação profissional de um jornalista, para estar capacitado do ponto de vista social, econômico e cultural, e para poder entender a realidade em que está inserido.

A leitura da realidade é crítica, se isso não está sendo feito, o que acontece é simplesmente um olhar ingênuo. Mas, como sempre digo, nenhum jornalista pode dizer que é ingênuo. Existe um véu que cobre a realidade e devemos retirá-lo e nos ensopar na cultura para entender o povo que estamos vivendo. Assim, temos condições de fazer uma cobertura jornalística.

Beatriz Viana: Considerando que a prática jornalística é uma prática educativa com interesses ideológicos e políticos envolvidos, como os estudos de Paulo Freire podem auxiliar o jornalismo atual mediado pelas novas tecnologias?

Alfredo Vizeu: Como dito pelo próprio Paulo Freire, as tecnologias não são problemas. O que interessa é para quem elas estão servindo, por quem elas estão sendo usadas e quem detém o poder sobre elas. Essa é a questão do jornalismo. Não estou falando de um jornalismo ativista, mas sim do jornalismo que tem uma leitura crítica da realidade e está preocupado com o interesse público.

Beatriz Viana: Quais linhas de pensamento de Paulo Freire o senhor acredita ser importante para corrigir certos ruídos na interferência no processo da interpretação do significado comunicacional? A IA pode ser usada também na interpretação como sistema complexo que são?

Alfredo Vizeu: A questão da tecnologia social é como você utiliza, existem efeitos para o bem e para o mal. Como se trabalha essa tecnologia? Ela foi elaborada e construída por homens e mulheres. O professor Elias Machado disse e eu também concordo com ele, o que essas tecnologias têm? Capacidade rápida de solução de questões tem velocidade. E quem inventou e propôs isso foram homens, então é sobre os homens e mulheres que estão no controle disso.

Paulo Freire entra na preocupação da tomada de consciência da relação entre homens e mulheres, de um mundo solidário e da tomada de consciência social. Também precisamos pensar isso do ponto de vista ético, porque o que está acontecendo hoje é que as decisões estão ficando cada vez mais fora de nós, e isso é uma questão ética e de vida. Nós estamos virando grandes espectadores do que acontece e estamos assistindo a rede tomar decisões. A inteligência artificial erra, não tem capacidade intelectual, não tem alma, não tem coração e não tem mente. Esse é o problema da inteligência artificial.

Beatriz Viana: Como os ensinamentos de Freire se relacionam com as teorias contemporâneas a respeito do jornalismo cidadão e mídia participativa?

Alfredo Vizeu: Jornalismo cidadão e mídia participativa são questões implícitas ao jornalismo, o jornalismo sempre foi cidadão. Por exemplo, o Traquina falava em jornalismo cívico. Para mim, o jornalismo sempre teve essa perspectiva de cidadania. Temos que discutir sobre o que chamamos de jornalismo.

Na verdade, são jornalismo, tem que ser no plural. Qual é a mídia que não é participativa? Toda mídia é participativa e a que não é participativa não é mídia. Vamos dando nomes e acabamos criando correntes, teorias. Prefiro não fazer relações com teorias contemporâneas da mídia, porque o que Paulo Freire fez ficou na televisão. Mas de uma maneira geral, o pressuposto é que toda mídia participativa.

Beatriz Viana: A crítica de Paulo Freire, ainda no contexto das comunicações de massa, atribui um papel decisivo aos emissores na comunicação, mas também ressalta a importância do público ter uma visão crítica das notícias. Como pode ser caracterizada a postura do público diante do jornalismo digital? Continuamos entregues a tudo o que é publicado, sem discutir a realidade?

Alfredo Vizeu: A leitura do Paulo Freire é datada. Hoje, temos outra perspectiva. Sem dúvidas temos uma participação bem maior das audiências ativas e interativas. Existe outra perspectiva de audiência, uma intervenção bem maior nas redes, para o bem e para o mal. Nas redes estão todas as possibilidades. Mas tem uma coisa importante dita por Paulo Freire: temos que estar sempre vigilantes.

Entrevista | Pedrinho Guareschi

PODER, JORNALISMO E SOCIEDADE

“O jornalismo precisa ser fundamentado em coerência, perseverança e, acima de tudo, ética. O papel do jornalista é ser um provocador da reflexão, alguém que desafia as narrativas dominantes e estimula o público”.

**Por André Oliveira Junior
e Fabiana Siqueira**

Pedrinho Guareschi é um acadêmico brasileiro com formação diversificada e ampla experiência internacional. Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição de Viamão (1969), em Teologia pelo Instituto Redentorista de Estudos Superiores de São Paulo (1964), em Letras pela Universidade de Passo Fundo (1968) e pós-graduação em Sociologia pela PUCRS (1965). Obteve mestrado em Psicologia Social pela Marquette University, nos Estados Unidos (1973), e doutorado na mesma área pela University of Wisconsin at Madison (1980). Realizou diversos pós-doutorados em instituições renomadas, como a University of Wisconsin (1991), University of Cambridge (2002), Università degli Studi La Sapienza, em Roma (2014/15), e Universidad de La Habana (2019). Guareschi foi professor da PUCRS por quatro décadas, atuando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, além de ter sido docente convidado na Universidade Lateranense de Roma (1990-1998), na UFRGS (2009-2019) e na UFCSPA (2010-2014). Atualmente, é professor colaborador do Mestrado Profissional em Psicologia da UNISC. Conferencista internacional tem vasta experiência em Psicologia Social, com foco em mídia, ética, ideologia, comunicação, educação e representações sociais. Sua trajetória acadêmica e profissional reflete uma abordagem interdisciplinar e um compromisso com a análise crítica das dinâmicas sociais contemporâneas.

Nesta entrevista, Pedrinho Guareschi aborda os desafios do jornalismo no contexto atual, destacando o impacto das plataformas digitais e dos algoritmos sobre a formação da opinião pública.

Ele critica a concentração da mídia no Brasil e a falta de uma comunicação democrática e plural, apontando que a verdadeira função do jornalista é fomentar a reflexão crítica, em vez de oferecer respostas prontas. Guareschi defende um jornalismo ético e criativo, inspirado nos princípios de Paulo Freire, que deve estimular o questionamento e promover a consciência histórica e a liberdade.

Ele também critica a ilusão de imparcialidade da grande mídia e sugere que, para combater o poder das plataformas, é necessário não apenas regular essas empresas, mas incentivar a reflexão, o boicote consciente e a busca por uma comunicação independente. A responsabilidade e a liberdade, para ele, são construídas pela consciência do indivíduo, que, ao perceber suas amarras, pode agir de maneira autônoma. Em sua visão, a ética é central nesse processo de transformação e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Guareschi acredita que, embora as plataformas digitais dominem o cenário atual, a reflexão crítica e o jornalismo independente são essenciais para a formação de uma opinião pública livre e consciente.

André Luís: A impressão que a gente tem no contexto de hoje é que a consciência fica cada vez mais fora do ser humano, ela está na rede de algoritmos e por aí. O jornalista é um educador. Não um pedagogo, mas um educador. Qual o desafio do jornalista e do jornalismo diante desse quadro?

Pedrinho Guareschi: A impressão hoje é que a consciência humana está sendo deslocada para os algoritmos e redes digitais, o que representa um grande desafio para o jornalismo, que deve ser um agente de educação crítica, embora não no sentido tradicional de pedagogia. No Brasil, o principal obstáculo é a falta de democracia na mídia. A maioria dos meios de comunicação está concentrado nas mãos de poucos, o que limita a diversidade de vozes e a reflexão crítica. Enquanto não resolvermos essa questão estrutural, teremos que lidar com mudanças lentas e parciais. A TV aberta ainda é a principal fonte de informação para 70% da população brasileira, mas, voltada para o lucro, ela falha em promover a cidadania e a

democracia. Modelos como o da BBC, na Inglaterra, oferecem uma alternativa, pois buscam um equilíbrio entre mercado e Estado, criando uma comunicação pública mais independente e democrática. Este é o dilema que enfrentamos: como construir uma mídia verdadeiramente democrática no Brasil? Em tempos de autoritarismo, a mídia frequentemente serve para legitimar o poder e o papel do jornalista é crucial. Ele deve ser criativo e atuar como um agente transformador, com uma mídia que questione, denuncie e proponha soluções.

A autenticidade e a criatividade são essenciais, e Paulo Freire nos ensina que o jornalismo deve ser um espaço de questionamento e resistência, promovendo uma mídia que dê voz aos silenciados. Infelizmente, as grandes mídias e as plataformas digitais acabam diluindo a capacidade crítica das pessoas. Os algoritmos favorecem conteúdos superficiais e polarizadores, dificultando a formação de uma consciência crítica. Por isso, precisamos urgentemente de um jornalismo que desperte as consciências e promova uma comunicação ética que seja capaz de criar pontes para um futuro mais democrático e justo.

André Luís: Como a prática jornalística pode ajudar a formar uma opinião pública livre e consciente diante da subjetividade digital tratada por Sadin, em que os algoritmos fazem crenças e motivações humanas?

Pedrinho Guareschi: A palavra “prática” é central, uma palavra quase sagrada. Ela está profundamente relacionada à ideia de práxis, que em grego significa ação, fazer. Na língua portuguesa, temos diferentes categorias gramaticais: substantivos, adjetivos, predicativos, mas o verbo, o “fazer”, é a prática. A prática jornalística, nesse sentido, não é apenas um conjunto de tarefas ou rotinas. Ela é ação, é um movimento contínuo de pensar e agir no mundo. A prática, como práxis, é aquilo que dá sentido e direção às nossas ideias e propósitos.

Cada ser humano é um mistério, um fenômeno único e irrepetível, dentro de um conjunto de relações complexas. Somos indivíduos, mas também estamos imersos em um contexto coletivo, social e cultural. Dentro desse mistério, cada pessoa pensa, deseja e age, mas também é desafiada a questionar suas próprias crenças e pensamentos. Quando se trata de formar uma opinião pública livre e consciente, esse processo começa com a reflexão individual. Precisamos, como indivíduos, questionar o que pensamos e por que pensamos dessa maneira, sem aceitar passivamente as ideias que nos são impostas, especialmente em um cenário como o digital, em que algoritmos moldam e influenciam nossas crenças e motivações. A prática jornalística pode, e deve ser um instrumento crucial nesse processo de conscientização. O jornalismo não é uma simples troca de informações, mas uma prática que deve promover a reflexão crítica. Isso é possível quando o jornalista assume uma vocação que vai além do simples relato de fatos. O bom jornalismo precisa ser fundamentado em coerência, perseverança e, acima de tudo, ética. O papel do jornalista é ser, ao mesmo tempo, um provocador da reflexão, alguém que desafia as narrativas dominantes e estimula o público a questionar o que é dito e o que é dito dessa maneira.

No entanto, é importante lembrar que a formação de opinião é um processo profundamente individual. Não se forma opinião de maneira coletiva ou imposta. Cada ser humano é único, com uma visão de mundo própria que não pode ser reduzida a um pensamento coletivo homogêneo. O jornalista, ao contrário, deve ser um facilitador desse processo individual e único de formação de opinião, ajudando as pessoas a pensarem por si mesmas, a desenvolverem sua capacidade crítica e a questionarem as forças externas que tentam manipular suas crenças, como os algoritmos das plataformas digitais. Portanto, o jornalismo deve ser uma prática de práxis no sentido mais profundo: uma ação que educa que provoca reflexão, que desafia as ideias preestabelecidas e oferece aos indivíduos as ferramentas para pensar de maneira independente. Em um cenário onde os algoritmos têm um papel crescente na formação das crenças e motivações humanas, o jornalismo deve resistir à

tentação de seguir as lógicas do mercado e, em vez disso, oferecer uma comunicação que seja verdadeira, questionadora e ética.

André Luís: Além da regulação das plataformas dos projetos de literacia midiática, tem algum outro caminho que seja viável para tentar deter o poder dessas empresas que estão censurando a sociedade?

Pedrinho Guareschi: Além da regulação das plataformas e dos projetos de literacia midiática, um caminho viável para lidar com o poder dessas empresas seria o boicote consciente. O sistema que elas impõem é tão bem estruturado que é difícil se libertar, mas a verdadeira liberdade começa com a reflexão. O primeiro passo é perceber as amarras que nos prendem, como o celular, por exemplo. Podemos usá-lo, mas de maneira crítica, como uma forma de negação do que ele tenta nos impor.

A consciência é o que nos leva à liberdade. Não há liberdade sem consciência dos grilhões que nos limitam. Quando a pessoa se torna consciente de sua situação, ela começa a agir livremente, sem ser forçada ou manipulada. A verdadeira liberdade não é imposta, ela é autônoma, pessoal e espontânea. Isso se conecta diretamente à dignidade humana, que repousa sobre os pilares da consciência, liberdade e responsabilidade.

Esses elementos formam um tripé essencial: a consciência nos torna livres e a liberdade, por sua vez, nos torna responsáveis. Mas uma responsabilidade que não seja forçada, que não seja externa, mas genuinamente livre. Esse é um caminho possível para enfrentar o poder excessivo das grandes plataformas e proteger nossa autonomia e dignidade.

André Luís: Há uma questão central que Paulo Freire, quando comentou sobre a televisão, diz que a questão do problema não é a televisão, a questão é do poder mesmo, a serviço de quem, como ela trabalha. Hoje nós estamos com certa tecnologia social. Quais os instrumentos para trabalhar isso numa perspectiva humanista e democrática?

Pedrinho Guareschi: Paulo Freire¹ nos ensina que o problema não está na tecnologia em si, como na televisão, mas no poder que a controla e a serviço de quem ela está. A tecnologia, especialmente a comunicação, exerce um grande impacto sobre nossas crenças e valores, modelando a maneira como vemos o mundo. Porém, a questão central é como utilizá-la de maneira humanista e democrática, ou seja, como fazer com que a comunicação não seja usada apenas para impor ideias, mas para estimular a reflexão crítica.

Os educadores, jornalistas e pedagogos não devem se limitar a dar respostas prontas. O papel deles é justamente provocar o outro a pensar, a questionar e a refletir por si mesmo. Para isso, as perguntas libertadoras são fundamentais. Uma pergunta genuína, que não é imposta, mas que desperta o pensamento, desafia a pessoa a refletir sobre suas próprias crenças e a buscar novas formas de entender o mundo. Essa prática de questionamento, essencialmente, não ofende, mas abre caminhos para a liberdade de pensamento.

Para Freire, a verdadeira consciência não é um produto de teorias ou do conhecimento acadêmico distante, mas sim das experiências vividas. O saber é resultado dos erros, acertos, fracassos e aprendizados. Portanto, o desafio é utilizar a comunicação e os meios tecnológicos de maneira que estimulem essa consciência crítica, que ajudem as pessoas a questionarem o status quo e a se engajarem ativamente na transformação social.

André Luís: Como podemos contribuir nesse processo de consciência, enquanto jornalistas, se os algoritmos limitam quais são as informações relevantes?

Pedrinho Guareschi: Os algoritmos estão cada vez mais dominando a maneira como recebemos informações, mas isso só acontece porque, como sociedade, permitimos que isso acontecesse.

1 Educador e filósofo. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

O que vemos hoje — essa presença constante de tecnologia, com celular, notificações e *feeds* intermináveis — é algo que nós mesmos criamos e deixamos entrar em nossas vidas. A questão é que estamos tão imersos nessa lógica que acabamos aceitando como natural. No entanto, há uma escolha a ser feita. Nós, como jornalistas, temos a capacidade de começar a questionar e desafiar esse sistema. Em vez de depender dos algoritmos para nos ditar o que é relevante, devemos cultivar o poder da pergunta, pois é ela que abre portas para uma reflexão crítica mais profunda.

O jornalismo não deve se curvar à ideia de imparcialidade ou neutralidade, pois isso é uma ilusão. Dizer que somos neutros é negar nossa humanidade, pois cada ser humano possui valores fundamentais, os quais influenciam nossas ações e opiniões. E, ao contrário do que muitos pensam, os valores não estão nos algoritmos. Eles são questões profundamente humanas, pessoais e muitas vezes pouco reconhecidas ou refletidas. A grande armadilha dos algoritmos é justamente nos fazer acreditar que as respostas estão lá, que podemos encontrar os valores ou a verdade em um código, o que é uma grande falácia.

Como jornalistas, nossa tarefa é justamente ajudar as pessoas a entenderem e questionarem seus próprios valores, a refletir sobre suas escolhas e a se libertar da passividade que os algoritmos criam. Não é sobre encontrar as respostas prontas, mas sobre criar o espaço para o questionamento, para a reflexão e para a conscientização. A prática jornalística deve ser uma força ativa na formação de uma opinião pública mais consciente, livre das amarras da manipulação algorítmica.

André Luís: A partir do modelo da BBC, existe alguma crítica, alguma falha que o senhor apontaria?

Pedrinho Guareschi: O modelo da BBC busca equilibrar as necessidades de mercado com uma função pública, representando um exemplo de comunicação que visa ser democrática e plural.

No entanto, como o próprio Thompson² aponta, é inevitável que existam grupos diferentes dentro de uma sociedade, e a comunicação deve refletir essas diferenças. O grande desafio da BBC, e de qualquer modelo de mídia pública, é garantir que as diversas vozes e perspectivas de uma sociedade sejam ouvidas de forma equitativa, sem que grupos mais poderosos ou influentes tenham mais representatividade.

Uma das falhas que poderia ser apontada é o risco de a BBC ou qualquer outra grande mídia, por mais que busque imparcialidade, ainda estar sujeita a uma dimensão aristocrática, ou seja, a uma tendência de representar as vozes dos grupos mais privilegiados e, muitas vezes, ignorar as realidades mais marginalizadas. A comunicação, para ser verdadeiramente democrática, deve ser a voz de toda a nação, refletindo todas as suas particularidades das classes sociais, dos partidos políticos, das minorias, das diversas regiões e culturas. Isso implica uma vigilância constante para garantir que ninguém fique de fora desse processo. A falha maior seria cair na tentação de simplificar demais as representações, de reduzir as complexas realidades de uma nação a poucos pontos de vista. Uma nação, de fato, é feita de múltiplos pensamentos e experiências, e a mídia deve ser um reflexo disso. Precisamos sempre buscar novas formas e experiências para garantir que todos os aspectos da sociedade sejam representados, sem dar mais peso a uns em detrimento de outros.

André Luís: Como a convergência de mídia e a emergência de novas plataformas de comunicação estão redefinindo as fronteiras entre jornalismo, entretenimento e ativismo político e qual seria o impacto disso na relação entre poder e sociedade?

Pedrinho Guareschi: A convergência de mídia e o surgimento de novas plataformas de comunicação estão, sem dúvida, redefinindo as fronteiras entre jornalismo, entretenimento e ativismo

2 Sociólogo britânico, conhecido por suas contribuições ao estudo da comunicação e da mídia na sociedade contemporânea.

político. Hoje, essas áreas se sobrepõem de maneira crescente, criando um ambiente onde as distinções entre elas se tornam cada vez mais fluidas. No entanto, a questão central está na consciência crítica, que é, essencialmente, uma consciência histórica. Isso significa que devemos entender que os fatos, por mais concretos que pareçam, são transitórios e escorregadios, como a própria história. Tudo na vida, inclusive as plataformas digitais, é passageiro. Eventualmente, essas plataformas, como todas as invenções humanas, também terão seu fim. Quem possui uma consciência histórico-crítica sabe que a realidade é mutável e que as tecnologias, assim como as civilizações, passam por transformações. A questão é: qual será o papel de cada um de nós nesse processo de mudança? As contradições da tecnologia estão ligadas ao fato de que tudo é histórico, e, sendo assim, tudo é relativo. A ética surge como um ponto central nesse contexto, porque só podemos atuar de forma ética se tivermos uma consciência ética. A ética está no fundo do ser humano, na capacidade de refletir sobre o que é certo ou errado, bom ou ruim.

No cenário atual, onde jornalismo, entretenimento e ativismo político se intercalam, é fundamental que os profissionais da comunicação ajam com ética e responsabilidade. O poder que as novas plataformas têm sobre a sociedade exige que o jornalismo mantenha sua função crítica e independente, ajudando as pessoas a questionarem o que está sendo apresentado e refletirem sobre as implicações dessas interações. Em última análise, esse cenário impõe uma relação dinâmica e, muitas vezes, contraditória entre poder e sociedade, que precisa ser cuidadosamente analisada à luz da ética e da história.

André Luís: Como o jornalismo pode garantir a participação dos cidadãos diante dos interesses comerciais da grande mídia e das empresas de plataforma? O jornalismo independente permanece como a melhor solução?

Pedrinho Guareschi: O jornalismo pode garantir a participação dos cidadãos ao criar espaços para o questionamento e reflexão crítica, longe das pressões comerciais da grande mídia e das

empresas de plataformas. As intuições humanas são poderosas, mas para que possamos usá-las de forma construtiva, é necessário tempo e um ambiente que favoreça o pensar e o agir de forma livre. O jornalismo, ao invés de simplesmente repassar informações, precisa ajudar as pessoas a desenvolverem suas próprias respostas, questionando o que é apresentado e incentivando uma participação ativa na sociedade.

A chave para isso é dar espaço para experiências que permitam ao público refletir sobre os êxitos e os fracassos da própria prática jornalística. Dessa forma, o jornalismo independente, que não se submete aos interesses comerciais ou aos algoritmos das plataformas, pode se mostrar como uma solução eficaz. Ele permite uma maior liberdade editorial e a criação de um espaço onde a participação cidadã seja genuína e não manipulada por interesses externos. No entanto, o sucesso disso depende de um esforço contínuo para manter essa independência e garantir que as vozes da sociedade não sejam silenciadas.

Entrevista | Marcelo Canellas

JORNALISMO, ÉTICA E LIBERDADE

“As redes sociais são fábricas de mentiras. O desafio do jornalista hoje é filtrar esse imenso volume de informações e identificar o que é realmente verdadeiro”

**Por Lucas Freitas, Patrícia Monteiro
e Norma Meireles**

Marcelo Canellas nasceu em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Quando criança se mudou para a cidade de Santa Maria – RS, onde permaneceu até se formar em Jornalismo, na Universidade Federal de Santa Maria, em 1987. Seu início na televisão foi como repórter na RBS Santa Maria.

Em 1990, foi para o Rio de Janeiro, para atuar como repórter especial da Rede Globo. Um dos repórteres mais premiados da televisão brasileira, ele realizou coberturas de destaque, como a chacinha da Candelária e a série de reportagens “Fome”. Recentemente, lançou pela plataforma Globoplay, a série documental “Boate Kiss: A Tragédia de Santa Maria”. Ao longo de sua carreira, Marcelo realizou diversas coberturas que vão além dos fatos que afetam o dia a dia do telespectador, mas que também envolvem os direitos humanos e as questões sociais.

Durante a entrevista, Marcelo comentou sobre os novos desafios e as transformações do jornalismo na atualidade. O impacto das novas tecnologias e as implicações éticas da profissão também foi abordado pelo jornalista.

Lucas Freitas: A desconstrução, precarização e “uberização” do trabalho são temas bastante debatidos na atualidade. Essa precarização também está atingindo o campo jornalístico, e em tempos de redes sociais e novas tecnologias de comunicação, o jornalismo parece mais descartável. O que você enxerga nesse contexto atual da produção jornalística?

Marcelo Canellas: A tecnologia não é para as pessoas, nem para benefício da humanidade, é para benefício do capital. A automação, a ideia de uma economia cada vez mais ocupada por máquinas e inteligência artificial, faz parte do processo de acumulação do capitalismo.

Mas a tecnologia, como o capitalismo em si, é contraditória. Então, existem espaços. A expressão do “jornalismo de brechas” é muito forte e nos dá esperança de que essa tecnologia, que é feita para a acumulação do capital, seja também uma forma de expressar questionamento, crítica, inquietude – o que diz respeito à própria natureza do jornalismo.

As redes sociais também abrem brechas às experiências coletivas, à possibilidade de você apontar narrativas que sinalizam o sentido coletivo da experiência humana, que é, afinal de contas, aquilo que nos torna pessoas, que socializam, que vivem em comunidades.

Lucas Freitas: Como podemos fazer para, enquanto jornalistas, encararmos essas transformações no campo e quais caminhos você tem trilhado nesse sentido?

Marcelo Canellas: Está colocado para a juventude hoje um desafio muito importante. Você nunca teve tantos instrumentos tecnológicos na mão para fazer bom jornalismo. Por outro lado, nunca tivemos uma precarização do trabalho, no sentido da sustentação das empresas de jornalismo, como temos hoje.

Então, de um lado você tem um universo extraordinário a sua disposição, de outro lado, não te pagam. Não te pagam bem, não te dão plano de saúde, você tem que trabalhar 12, 15 horas por dia. A micronarrativa dessas novas plataformas, como o Instagram, o TikTok, é que você tem a possibilidade de contar histórias que sejam críticas... Eu estou tentando fazer isso.

Também vou buscar o caminho da narrativa de longo alcance, o documentário. Depois da experiência da Boate Kiss, fiquei tremendamente encantado com a possibilidade da narrativa da linguagem

documental. Existe uma força narrativa muito grande, uma possibilidade de aprofundamento.

Eu estou vivendo situações opostas. De um lado, mergulhando em projetos de documentários que quero realizar, e de outro, estou sendo o mais sintético que jamais fui, mesmo em televisão, que você tem que ser conciso. Criar micronarrativas de 2 minutos e meio, contar a história de vida de uma pessoa é um dos desafios que estou enfrentando.

Lucas Freitas: Aliar micronarrativas das novas plataformas com as grandes reportagens das mídias tradicionais seria uma solução para um jornalismo transmidiático de interesse público?

Marcelo Canellas: Eu estou tentando. Foi o caminho que eu encontrei. Nunca me ocupei muito de rede social. A minha cabeça é totalmente analógica, sou um jornalista da velha guarda.

Quando eu comecei a trabalhar, para fazer pesquisa tinha que estar pilhas e pilhas de jornais e enciclopédias. Hoje em dia, o processo de construção da notícia é completamente diferente, mas são essas tecnologias que estão às nossas disposições e nós temos que usar. E aí eu vou atrás delas, vou experimentando e vou fazendo.

Lucas Freitas: Quais os desafios a ética jornalística e a elaboração de reportagens diante das novas tecnologias de comunicação?

Marcelo Canellas: As redes sociais são fábricas de mentiras. Acho que um desafio que se coloca para um jornalista hoje é saber filtrar, ali, naquele universo, naquela quantidade gigantesca de informações, o quê que há de verdade. E tem uma praga no exercício do jornalismo de hoje, com o advento das novas tecnologias, que é a pressa de dar as notícias antes dos outros. Virou uma coisa alucinante. Todos os portais, o que querem fazer é publicar imediatamente e depois reparar se tiver algum erro. É um pouco desanimador isso que está acontecendo.

Lucas Freitas: No que se refere à presença da inteligência artificial no campo jornalístico. O que você pensa sobre?

Marcelo Canellas: Assim como as redes sociais, isso tudo são ferramentas, e a inteligência artificial é a ferramenta que pode nos ajudar nos processos de produção da notícia. Não há dúvida de que pode ajudar. O problema é quando você usa a IA para fabricar mentiras e a gente vai passar agora por um momento eleitoral em que o risco da proliferação de mentiras via inteligência artificial é assombroso.

Agora, é uma ferramenta. Uma ferramenta que você pode usar no exercício do jornalismo de maneira muito bacana. Tudo depende da maneira que você se coloca diante dessas tecnologias.

Lucas Freitas: Em sua carreira profissional, você poderia citar os casos mais marcantes em que foi confrontado pela ética? Quais foram as suas decisões diante de tais episódios?

Marcelo Canellas: A gente é confrontado pela ética no dia a dia do exercício profissional. Eu tive situações dramáticas, que a minha escolha foi não publicar. Por exemplo: eu estava na redação do Rio de Janeiro, quando recebi um telefonema de uma pessoa querendo denunciar um esquema de contrabando de drogas, de envio de cocaína por um porto de Santa Catarina. Falei com minha chefia, peguei uma equipe e um avião para Florianópolis para encontrar o sujeito que denunciou.

Ele contou a história de que foi passado para trás pelos com-parsas e queria denunciar todo um esquema de transporte de cocaína via o porto, de onde a carga iria para a Europa, com participação de funcionários do porto, de policiais federais e tudo mais. A única forma de flagrar isso era com uma microcâmera. E a única pessoa que poderia fazer isso era o cara.

Então, a gente instalou uma microcâmera no sujeito e ele fil-mou um carregamento de cocaína no navio. Quando nós voltamos para o hotel, ficou todo mundo maravilhado com aquele flagrante espetacular.

Mas tinha um detalhe: não havia nenhuma outra maneira de ter flagrado aquela situação, que não fosse pelo olhar daquele cara.

Obviamente, se a matéria fosse ao ar, ele estaria em risco de morte. “Não, eu vou embora, eu sumo, ninguém me pega, pode botar no ar”, a fonte disse.

O que eu fiz? Eu procurei o Ministério Público e o promotor disse: “Rapaz... tu acha que tem alguém aqui no Brasil capaz de livrar a cara desse sujeito envolvido com a máfia russa?”. Voltei para o Rio de Janeiro, fizemos uma reunião lá, todo mundo maravilhado com aquilo... e eu defendi que a gente não usasse o material, era uma pessoa que estava em risco de morte. E a gente optou por não usar. Por fazer a reportagem, seguir com a denúncia sem usar aquelas imagens. E não usamos.

Foi uma decisão dramática e que doeu muito, mas absolutamente necessária para que eu possa dormir tranquilo. Então, às vezes, você precisa tomar esse tipo de decisão, que acaba interferindo na qualidade da reportagem, mas que são absolutamente corretas e não há outra coisa a fazer que não seja isso.

Lucas Freitas: Existem muitas críticas sobre a cobertura jornalística da tragédia da Boate Kiss. Na sua opinião, o que poderia ter sido feito diferente? E como podemos nos preparar para cobrir acontecimentos como esse de forma ética?

Marcelo Canellas: Eu participei desde o começo da cobertura da tragédia da Boate Kiss. Foi um dos trabalhos mais difíceis que fiz na vida, porque eu sou de Santa Maria. Passei a juventude indo a uma boate lá, toda sexta e todo sábado, durante a faculdade inteira, que funcionava no porão de uma casa de estudantes lá da cidade. A boate ficava absolutamente lotada, e qualquer coisa que acontecesse, um curto-circuito, por exemplo, ia ser uma tragédia. Eu me vi naqueles garotos da Boate Kiss.

Eu vivi aquela atmosfera. Santa Maria é uma cidade alegre, cidade de estudantes... A gente ter vivido aquele trauma mexeu com a cidade inteira e mexeu comigo também. Eu estabeleci uma relação de profundo respeito com as famílias das vítimas e com os sobreviventes, que fui alimentando ao longo do tempo e em cada

matéria nova que eu fazia. Eu fiz pelo menos uma matéria sobre os desdobramentos da tragédia por ano ao longo dos últimos 11 anos. Então, eu estabeleci uma relação de confiança e de respeito com as famílias e com os sobreviventes ao ponto de alguns deles hoje serem grandes amigos meus. Nem todo mundo tratou com o devido respeito, evidentemente. E aí, eu acho que faltou uma baliza fundamental, que é a seguinte: cada pessoa lida com o sofrimento de uma forma. Existem pessoas que lidam com o sofrimento através do silêncio, não querem falar. E se a pessoa não quer falar, o que você tem que fazer é respeitar aquilo e não insistir, não ficar enchendo o saco da pessoa que perdeu um filho. Você tem que respeitar a dor alheia para poder contar a história.

Lucas Freitas: Como definir o limite de exposição do sofrimento de uma pessoa que passou por uma tragédia na hora de contar a história dela na reportagem?

Marcelo Canellas: Eu acho que o limite é respeito à dor daquela pessoa. O bom senso é a baliza. Você tem que respeitar aquilo que a pessoa quer. Se ela não quer falar, ela tem o direito de não falar. Se a pessoa quer se expressar, você pode ser o canal de expressão da voz dela, que nunca é ouvida pelas autoridades. Mas existe um limite que é o respeito à privacidade, o respeito à vontade das pessoas. A insistência é até um pouco violenta. A baliza é o respeito profundo à dor do outro.

Lucas Freitas: A série de reportagens FOME foi um grande marco na sua carreira e é até hoje lembrada como um exemplo em nosso campo. Como foi o processo de produção dessas reportagens?

Marcelo Canellas: Essa série nasceu quando eu ainda estava na faculdade após ler um livro do Josué de Castro, Geografia da Fome, que é um livro... desconcertante. Desde então, pensava que, quando fosse jornalista, ia querer fazer uma matéria sobre esse livro.

Eu propus para a TV Globo, em 1998, e me disseram que era um tema superado do ponto de vista jornalístico e que todo mundo

já tinha falado a respeito. Depois de quatro anos enchendo o saco, a direção do Jornal Nacional autorizou e eu fui a campo. As entrevistas mais impactantes, as mais reveladoras do estado nutricional do povo brasileiro naquele momento, foram situações encontradas ao acaso.

Claro que nós fizemos a pesquisa, conversamos com fontes, mapeamos os lugares onde poderíamos encontrar situações em que a fome realmente representasse aquilo que os números falavam... Mas você não marca a entrevista com alguém que está passando fome pelo telefone. Não existe isso. É andar, andar e andar, e conversar com as pessoas até encontrar.

E aí encontramos histórias extraordinárias. Histórias absolutamente emocionantes e todas me assombraram durante meses. Editei essa reportagem em bloco, foram cinco matérias. Foi ao ar no dia do aniversário do Fernando Henrique Cardoso. O FHC estava dando o banquete no Palácio da Alvorada quando entrou a matéria da fome e foi aquela comoção.

Foi muito elucidativo... isso tem muito a ver com o olhar do repórter e de como a gente se coloca diante da notícia, porque era um anti-furo de reportagem. Estava diante do nariz de todo mundo.

Eu moro em um bairro chamado Sudoeste aqui em Brasília¹, se eu descer aqui do meu prédio e for ao comércio, vou encontrar um morador de rua. Se eu andar mais uma quadra, vou encontrar outro morador de rua. Se eu andar mais outra quadra, vou encontrar mais outro morador de rua. Se eu for a Ipanema, não vou andar meio quarteirão sem que alguém me peça alguma coisa para comer. Se eu for à Avenida Paulista, vou ver debaixo do vão livre do MASP, barracas e barracas de moradores de rua. Essa realidade é uma realidade que permanece. Isso que é mais triste, ela permanece...

1 Na época da entrevista, Canellas residia em Brasília. Atualmente, o jornalista reside em Santa Maria.

Esses são temas do jornalismo. E essas são questões éticas a gente tem que tratar também. O quê que a gente vai agendar? O quê que vai ter existência pública? Por que esse fato merece ter existência pública? Porque ele é uma chaga das contradições do Brasil, então ele tem que ser notícia! Ele tem que estar presente nos meios de informação.

Lucas Freitas: Encontrar essas brechas para temáticas do tipo sempre fez parte do seu trabalho jornalístico. Como está sendo percorrer esse caminho na fase atual da sua carreira?

Marcelo Canellas: Agora o que está colocado para mim é uma situação totalmente nova. Eu falei durante 35 anos para 20 milhões de pessoas. Mas não importa para quantas pessoas eu vou falar agora. A revista Piauí tem 50 mil exemplares. É claro que 20 milhões para 50 mil é quase uma semi-clandestinidade (risos). Mas, os espaços que existem sempre são usinas de críticas, usinas de questionamento, e se você consegue tocar uma pessoa o seu trabalho tem valor. E é isso que eu vou continuar fazendo.

Lucas Freitas: E como é que o Marcelo Canellas tem percebido o consumo das informações pelas novas gerações?

Marcelo Canellas: Pois é, rapaz... eu tenho dois filhos da geração Z, sabe? O Gabriel tem 18 anos e o Pedro vai fazer 23. Só que eles são grandes leitores e eu acho que eles estejam aparelhados para enfrentar a vida exatamente porque são grandes leitores. Dá muita pena dos jovens que abdicam de saborear Guimarães Rosa, Machado de Assis, Érico Veríssimo, Gabriel García Márquez, Clarice Lispector, Cecília Meireles, José Lins do Rego...

A ideia de você formar um arcabouço retórico baseado em leituras fragmentadas é como se a experiência humana nunca se completasse, como se ficasse sempre movida pelo ritmo da ansiedade do dedinho que vai puxando para baixo o próximo vídeo.

As redes sociais são ferramentas extraordinárias de acesso à informação, mas elas são complementares, ou deveriam ser complementares, de experiências mais sublimes da vida cotidiana, que

é a possibilidade de você ler uma grande história, de um grande contador de histórias.

Isso é possível, porque eu vejo nos meus dois filhos que é possível. Se a gurizada não ler, está perdendo um dos grandes prazeres da vida, e é uma pena isso.

SOBRE OS ENTREVISTADORES

André Luís Barbosa de Oliveira Junior

Também chamado de André Bojim, é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e estudante do MBA em Marketing da Universidade de São Paulo (USP), tem graduação em Jornalismo (2022) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo, com atuações como Redator (2021) na Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB); Produtor de programa de Rádio (2022) no Sistema Arapuan de Comunicação; Repórter (2022) da franquia Portal da Cidade em Campina Grande; Assessor de Comunicação (2023) da CMBC Publicidade e Propaganda. Possui experiência com pesquisas nos seguintes temas: Jornalismo Pós-Industrial, Trabalho 4.0, Assessoria de Imprensa, Teorias do Jornalismo e Rotinas Produtivas em Jornalismo. Possui atuação no grupo de pesquisa Comunicação, Cultura e Desenvolvimento, vinculado ao diretório do CNPq, com linha de pesquisa em Mídia e Estudos Culturais. Atualmente é Assessor de Imprensa e Professor de Comunicação do Centro Universitário Unifacisa.

Beatriz Viana

Jornalista natural de João Pessoa (PB), formada pela UFPB e mestranda pela mesma instituição, com pesquisas na área de Jornalismo e redes sociais, focadas no impacto da utilização das redes como meio de comunicação. Apaixonada pela possibilidade de tornar o mundo melhor através de palavras.

Erickson Nogueira

Mestrando em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da UFPB, com graduação em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é repórter no g1 Paraíba e Jornal da Paraíba e também atua como assessor de imprensa. Possui experiência em Comunicação, com ênfase em Webjornalismo, tendo trabalhado no Portal Correio e Jornal Correio da Paraíba (2019-2020) e no portal esportivo Esporte News Mundo (2020-2022). Desde 2021, integra a Rede Paraíba de Comunicação, colaborando com os portais G1 Paraíba e Jornal da Paraíba, além da rádio CBN Campina Grande e produção da TV Paraíba. Também é assessor de imprensa da Secretaria de Obras de Campina Grande (2024-2025).

Fernanda Barreto

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (conclusão em 2025) e graduada em Jornalismo pela mesma instituição (2019). Com foco nas áreas de jornalismo, dados e marketing, é pesquisadora e autora publicada no livro De Olho na Notícia, da Editora Ria (2023). Atualmente, atua como Analista de Marketing e Dados na empresa Next Research e como estagiária na disciplina Técnica de Reportagem em Base de Dados no curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba.

George Diniz

Produtor Cultural na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com especialização em

Comunicação Pública e experiência em produção Audiovisual para TVs universitárias. Atualmente é diretor da TV UFPB.

Iuri Amorim

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa e graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Como bolsista do projeto de iniciação científica, estudou o contexto dos podcasts na pandemia de covid-19, publicando um artigo fruto deste trabalho no 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2020). Atualmente, tem como áreas de estudo a semiótica no contexto do jornalismo, com ênfase na imagem e principalmente na ilustração, trazendo discussões da filosofia para o cotidiano da comunicação.

Juliana Ferreira Cavalcanti

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/UFPB). Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Uninassau João Pessoa (2020) e Graduação em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Atualmente, é pesquisadora bolsista do PPJ/UFPB pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq). Foi repórter do Portal Mangabeira (2016 a 2017), Portal MaisPB (2017 a 2018) e Empresa Paraibana de Comunicação - EPC (Jornal A União), nos anos de 2018 a 2023. Foi apresentadora na Rádio Web Tambiá (2016 a 2017), Editora do Programa de Rádio Balanço Geral no Sistema Correio de Comunicação (2022) e assessora de imprensa durante a campanha eleitoral em 2020. Desenvolve pesquisas sobre o movimento LGBTQIA+ brasileiro, com ênfase nas suas relações com o Jornalismo; Gênero, Sexualidade e Narrativas Jornalísticas, Jornalismo nas redes sociais, Jornalismo Digital, Plataformização da Atividade Jornalística e Ativismo digital.

Larissa Duarte Soares

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Texto

Criativo: leitura e escrita pela PUC-Minas (2021). Especialista em Estratégias de Conteúdo para Ambientes Digitais pela PUC-Minas (2022). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela PUC-Minas (2019). Atua há mais de 6 anos como produtora de conteúdo e consultora de Marketing Digital para empresas de tecnologia. Atualmente, pesquisa o impacto das Big Techs no Jornalismo contemporâneo e linguagens jornalísticas.

Letícia Silva Santos

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UFPB). Graduada em Jornalismo pela Faculdade Maurício de Nassau, com pós-graduação em Jornalismo Digital pela Estácio de Sá. Desde 2019, atuo como assessora de comunicação e imprensa, nas áreas de política e mídias sociais. Fui produtora, repórter, diretora de jornalismo e apresentadora na TV Master, de 2015 a 2019. Trabalhei como repórter na TV Arapuan, de 2019 a 2021, e, posteriormente, na TV Correio, de 2021 a 2024.

Luiz Felipe Bolis

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi intercambista do Programa Paraíba Sem Fronteiras 2024 para um período de estudos e produção de reportagens na Europa, em parceria com a Universidade da Beira Interior (UBI), na cidade da Covilhã/Portugal. Graduação em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tendo concluído o curso em 2021. Atuou como estagiário do programa brasileiro da Rádio Vaticano em Roma/Itália, entre novembro de 2022 e janeiro de 2023. Nos caminhos da reportagem, já entrevistou centenas de pessoas no Brasil e no estrangeiro, em países como Portugal, Itália, França, Paraguai e Suíça. O jornalista acredita que a grande reportagem se constrói a partir da imersão do repórter na singularidade de cada palavra e na profundidade de cada expressão que o outro traz, além de uma disposição firmada na ética e no compromisso social em transmitir valores a partir dos fatos que as lentes dos olhos jornalísticos captam.

Sobre o livro

Projeto Gráfico, Editoração	Leonardo Araújo
Capa	Marcelo Rodrigo da Silva
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	11 x 16,8 cm
Tipologias utilizadas	Caladea 11 pt

Este livro é o resultado final do Curso Livre Ética do Jornalismo — iniciativa gratuita e online realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/ UFPB), voltada para jornalistas e comunidade acadêmica que contou com oito palestras de pesquisadores da área do jornalismo com diferentes reflexões sobre o papel ético da profissão em um cenário de transformações tecnológicas e desafios contemporâneos.

Esta série de palestras buscou contribuir para melhorar o jornalismo na Paraíba e no Brasil ao qualificar, criticar, orientar e subsidiar os trabalhos dos seus profissionais. Cada encontro contou com exposições teóricas, seguidas por perguntas direcionadas aos convidados pelos mestrandos do PPJ/UFPB. Ao passear pelos capítulos deste livro, o leitor irá se deparar com uma série de entrevistas resultantes dessas reuniões extremamente ricas em aprendizados.

